



PRODUTO EDUCACIONAL

O estudante surdo do Instituto Federal Fluminense: perfil, necessidades educacionais e recomendações para um atendimento efetivamente inclusivo

Rafaela Dumas

Campos dos Goytacazes/RJ
2023



Ficha Técnica

Editorial

Autoria: Rafaela Dumas Reis Dias

Orientação: Prof. Dr. Jonis Manhães Sales Felipe

Revisão de textos: José Carlos Alves de Azeredo Júnior

Para qualquer dúvida, entre em contato pelo e-mail: rafaela.reis@iff.edu.br

Visual

Projeto Gráfico e diagramação: Claudia Marcia Alves Ferreira

Layout de gráficos e fluxos: Claudia Marcia Alves Ferreira

Imagens: Ascom IFFluminense; www.instagram.com/semebi.iffmacae

Elementos gráficos: Freepik.com

Instituto Federal Fluminense
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

D541e

Dias, Rafaela Dumas Reis, 1985-.

O estudante surdo do Instituto Federal Fluminense: perfil, necessidades educacionais e recomendações para um atendimento efetivamente inclusivo / Rafaela Dumas Reis Dias; Jonis Manhães Sales Felipe. — Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

54 p. : il. color.

Produto educacional proveniente da dissertação intitulada: O perfil do aluno surdo do Instituto Federal Fluminense e suas necessidades educacionais (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

Inclui referências.

1. Surdos - Educação. 2. Educação inclusiva. 3. Pessoas com deficiência auditiva - Educação. 4. Prática de ensino. 5. Direito à educação - Brasil. I. Felipe, Jonis Manhães Sales, 1991-. orient. II. Título.

CDD 371.912

(23. ed.)

Sobre os autores



Rafaela Dumas Reis Dias

Graduada em Pedagogia na Universidade Salgado de Oliveira, Especialista em Educação Especial - Deficiência Intelectual, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Pedagoga do Instituto Federal Fluminense de Educação, Ciência e Tecnologia (IFFluminense)



Prof. Dr. Jonis Manhães Sales Felipe

Doutor em Políticas Sociais, pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro na linha de Educação, Cultura, Política e Cidadania. Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na área de concentração de Trabalho e Política Social. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFFluminense)



Ascom IFFluminense

Apresentação

Prezados leitores,

O presente Produto Educacional (PE) foi realizado a partir das necessidades identificadas na pesquisa desenvolvida, no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense, sendo vinculado à dissertação intitulada *“O perfil do aluno surdo do Instituto Federal Fluminense e suas necessidades educacionais”*.

A referida pesquisa objetivou investigar e compreender o perfil e as necessidades educacionais dos alunos surdos nos *campi* do IFFluminense, no ano letivo de 2022, norteando-se nas seguintes indagações: 1 - Quem é o aluno surdo do IFFluminense?; 2 - Como acontece seu processo de inclusão e seus respectivos atendimentos?; 3 - Quais são as necessidades desses estudantes e as políticas desenvolvidas pelo IFF, visando à permanência e ao êxito no processo de ensino e aprendizagem? Após a análise dos dados, identificou-se a necessidade de produção de um documento mais objetivo, que pudesse apresentar o perfil dos estudantes surdos à comunidade institucional, além de identificar para os gestores do Instituto Federal Fluminense a necessidade de adequações nas políticas e nas ações de atendimento ao estudante surdo.

O presente relatório tem, portanto, os objetivos técnicos de fornecer um panorama das ações, indicando a possibilidade de alterações no Programa de Acessibilidade Educacional, de modo a contemplar, de uma maneira mais fidedigna, as reais necessidades dos nossos estudantes surdos. Este produto educacional destina-se às gestões dos *campi*, à Pró-reitoria de Ensino e à Diretoria de Políticas Estudantis.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	6
2	BREVES APONTAMENTOS SOBRE A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ESTUDANTES SURDOS	8
3	ETAPAS E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	12
4	RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES: A REALIDADE EDUCACIONAL DOS ESTUDANTES SURDOS E O PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE EDUCACIONAL (PROAE), DO IFFLUMINENSE	15
4.1	CONHECENDO OS ESTUDANTES SURDOS DO IFFLUMINENSE	16
4.1.1	O contexto socioeconômico dos estudantes surdos do IFFluminense	16
4.1.2	Relacionamento familiar e engajamento com a comunidade surda	21
4.1.3	Os estudantes surdos do IFFluminense e suas necessidades educacionais específicas	24
4.2	OS ESTUDANTES SURDOS E OS NAPNEES DOS CAMPI DO IFFLUMINENSE	28
4.2.1	A configuração dos Napnees	28
4.2.2	Plano de Ensino Individualizado	32
4.2.3	Atendimento Educacional Especializado	33
4.3	A ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL, A DIFUSÃO DA LIBRAS E O SERVIÇO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO	37
4.4	A COMUNIDADE INSTITUCIONAL E A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES SURDOS	39
4.5	RECOMENDAÇÕES GERAIS, GARANTIAS LEGAIS E O PROAE	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	48
	ANEXOS	50



Ascom IFFluminense

7. Introdução

O presente produto educacional é um relatório técnico derivado da pesquisa de Mestrado do ProfEPT, da linha de pesquisa de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos da EPT, que buscou investigar e conhecer quem são os estudantes surdos matriculados no Instituto Federal Fluminense, bem como as diversidades e as necessidades existentes em seus respectivos processos de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, faz-se necessário esclarecer que este documento está vinculado às temáticas sobre a organização e o planejamento de espaços pedagógicos na EPT, tanto em espaços formais, quanto em não formais. Os resultados apresentados em relação à educação de surdos têm, como foco, os processos de atendimento e de gestão no Instituto Federal Fluminense, além das informações sobre o perfil dos estudantes.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (2019) aborda o Produto Educacional PE como:

[...] o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo. Pode ser produzido de modo individual (discente ou docente) ou coletivo. A apresentação de descrição e de especificações técnicas contribui para que o produto ou processo possa ser compartilhável ou registrado. (BRASIL, 2019, p. 16).

Diante disto, este Produto Educacional foi planejado e executado em diferentes etapas, pautando-se nas dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos nos

campi do IFFluminense, com a seguinte proposta: desenvolver uma sistematização acerca do perfil, das demandas pedagógicas e de atendimentos apontadas pelos discentes surdos como subsídio para a melhoria da inclusão institucional. Em suma, acredita-se que os resultados aqui apresentados, possibilitam aos gestores dados concretos que auxiliam nas adequações necessárias das políticas institucionais de atendimento aos estudantes surdos, inclusive no Programa de Acessibilidade Educacional - Proae.

Assim, esse produto educacional se dará em cinco partes, iniciando por esta etapa introdutória. No segundo momento, serão abordados breves apontamentos sobre a inclusão educacional de estudantes surdos e, adiante, serão apresentadas, brevemente, as etapas de desenvolvimento da pesquisa, contemplando a metodologia, os objetivos traçados e todo o fluxograma do Produto Educacional (PE).

O quarto capítulo trará os dados dos conteúdos analisados, apresentando as recomendações a partir da realidade educacional dos estudantes surdos em contraponto ao Programa de Acessibilidade Educacional do IFFluminense. Serão, portanto, apresentados dados como: perfil socioeconômico; relacionamento familiar e engajamento com a comunidade surda; necessidades educacionais específicas; serviços e equipes dos Napnee nos *campi*; Atendimento Educacional Especializado (AEE); a acessibilidade comunicacional e os tradutores intérpretes de Libras-Língua Portuguesa; Plano de Ensino Individualizado (PEI); e a comunidade institucional e a inclusão dos estudantes surdos. A última parte do documento apresenta as considerações finais.



Ascom IFFluminense

2. Breves apontamentos sobre a inclusão educacional de estudantes surdos

A história da educação de surdos apresenta um cenário sombrio, pois, no século XVI, a sociedade rotulava-os como doentes, sendo eles discriminados e vistos como ineducáveis e inúteis à coletividade (DIAS, 2006). Na Idade Média, pouca coisa mudou. Apesar do direito à vida, os surdos não eram considerados seres humanos, visto que não se conseguiam comunicar com as pessoas ouvintes. Dessa forma, eram excluídos da sociedade. Até mesmo a Igreja Católica Romana pregava a teoria de que esses sujeitos não tinham alma (MORAIS, 2010, p. 4).

Segundo Maia (2017, p. 2), na Idade Moderna, pela primeira vez, distinguiu-se surdez de mudez, e a expressão surdo-mudo deixou de ser uma designação utilizada para se referir aos surdos. Esse foi o período do cientificismo, quando surgiram algumas propostas para a cura da surdez, devido à visão do corpo perfeito. Circulava, na sociedade, o pensamento que os sujeitos surdos seriam defeituosos.

Apesar da discriminação pela falta de audição, no período da Idade Moderna, surgiu o primeiro argumento para a escolarização dos surdos, baseado na concepção de que essas pessoas tinham capacidade intelectual e eram aptos para o aprendizado (MAIA, 2017, p. 2).

Ao longo dos anos, a educação de surdos evoluiu, permitindo o surgimento de oportunidades, quebrando paradigmas e superando os obstáculos segregacionistas. Consoante Sá (2006), para que a

inclusão ocorra, a concepção de surdez não deve estar associada a um conceito de incapacidade do povo surdo, mas deve evidenciar as potencialidades e a eficiência desses indivíduos, desconstruindo preconceitos que, anteriormente, pautavam-se na ideia de deficiência, de incapacidade e de exclusão.

No Brasil, a educação de surdos iniciou-se com a chegada do professor surdo francês Ernest Huet, convidado por Dom Pedro II, responsável pela inauguração, em 26 de setembro de 1857, do Instituto Nacional de Surdos (INES), como é conhecido nos dias atuais.



Sede do Instituto Nacional de Educação de Surdos

Fonte: INES (2019).

O Instituto Nacional de Surdos (INES) foi o pontapé inicial para a escolarização da comunidade surda brasileira que, inicialmente, utilizava a língua de sinais francesa, trazida por Huet, misturada com os sinais já utilizados aqui. Essa mistura originou a nossa Língua Brasileira de Sinais (Libras), oficializada pela Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, seguida pelo Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta. Esse Decreto se divide em nove capítulos, cujos temas são: a Libras como disciplina curricular; o ensino da língua portuguesa oferecida aos alunos surdos como segunda língua; a formação de profissionais bilíngues; e também a regulamentação do uso e a difusão dessa língua em ambientes públicos e privados. (MEC; INES, 2022, p. 2).

Desde então, a comunidade surda vem lutando, galgando passos importantes para mudar o cenário de exclusão, antes bem mais latente. Contudo, para que a inclusão ocorra, é importante entender quem são esses indivíduos e suas demandas, ter a compreensão desse universo educacional. A surdez apresenta obstáculos no cotidiano escolar, pois a filosofia educacional não é pensada para ouvintes e surdos de forma democrática, uma vez que apenas uma língua e uma cultura são priorizadas. Diante dessa realidade, a Libras deve estar presente em todas as ações educativas para garantir a socialização e o desenvolvimento de linguagem entre surdos e ouvintes (SALLES, 2004).

O sistema educacional deve assumir a educação de surdos, garantindo que todos os estudantes sejam incluídos, independentemente das suas condições e/ou necessidades. Conforme Mantoan (2006,

p. 19), “[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

Mediante isso, toda a comunidade escolar precisa estar engajada com a inclusão do estudante surdo, respeitando as realidades e as singularidades desses estudantes. Assim, o reconhecimento da Libras, oficializado pela Lei n. 10.436/2002, tornou-a língua oficial de toda a comunidade surda, sendo tal reconhecimento uma ação importante para uma educação igualitária.

Além da valorização e do respeito à Libras, outros serviços previstos no Capítulo V da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Brasileira são importantes para que haja inclusão do estudante surdo, como a garantia da oferta e a valorização dos profissionais – Tradutores Intérpretes (TILSP) de Libras/Língua Portuguesa, investimentos em tecnologias assistivas, salas de recursos multifuncionais, que possibilitem o Atendimento Educacional Especializado, equipe multiprofissional, além da formação docente.

Apesar das políticas públicas existentes, como as estratégias 4.3 e 4.4 do Plano Nacional de Educação, que fomentam a formação docente para o AEE e a implementação das salas de recursos multifuncionais para a oferta do referido serviço, a Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e a recente Lei n. 14.191, de 3 de agosto de 2021, que instituiu a educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino, ainda faltam ações para que os referidos dispositivos legais sejam colocados na prática.

Lamentavelmente, hoje, ainda é possível encontrar estudantes surdos sem atendimento e oferta de TILSP e AEE, além das práticas pedagógicas excludentes, como o uso de música na rotina educacional, sem tradução; professores que utilizam a técnica do “ditado”; falta de sinalização, acessibilidade comunicacional e atitudinal nas instituições; projetos políticos pedagógicos que ignoram a inclusão do estudante surdo; currículos que não são pensados para a sua realidade linguística cultural, etc. Tais práticas prejudicam o êxito no processo de escolarização dos indivíduos pertencentes à comunidade surda.

Nesse contexto, é importante que as metodologias de ensino-aprendizagem para pessoas surdas tenham, como premissa, a possibilidade de garantir a esse grupo minoritário aquisição e uso da Libras como primeira língua (L1), e a modalidade escrita da LP, como segunda língua (L2), conforme preconizado na educação bilíngue de surdos.

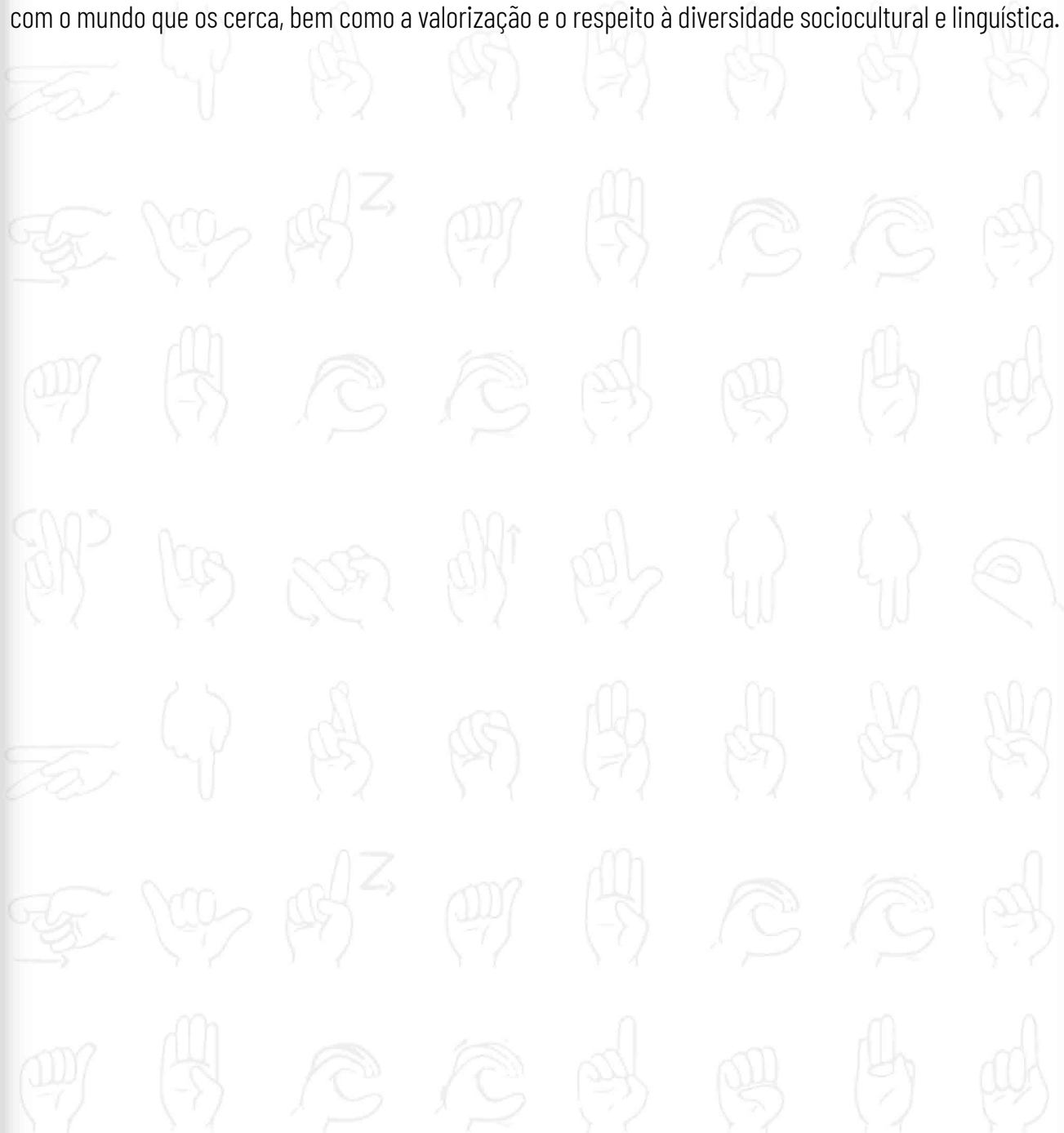
A filosofia do Bilinguismo, na educação de surdos, defende a importância das duas línguas, sendo a Língua Oral dos ouvintes, no Brasil, o Português Brasileiro, e a Língua de Sinais, a Libras. Segundo Pereira (2000, p. 104), os estudos feitos por Ferreira Brito indicam que o português escrito pode ser plenamente adquirido pelo surdo se a metodologia recorrer a estratégias visuais, essencialmente a Libras, não enfatizando a relação letra-som, e se essas estratégias forem similares àquelas utilizadas no ensino de segunda língua ou língua estrangeira. Além disso, o autor afirma que a fala é importante no processo de aquisição da escrita apenas na estruturação dos conceitos e das ideias, sendo substituída pela Libras, que é a fala na modalidade gestual-visual.

O surdo possui identidade própria, tornando necessário que isso seja evidenciado em todo seu processo educacional. Para tanto, é preciso entender o universo dessa comunidade, que possui seus costumes e tradições históricas, não se resumindo apenas a indivíduos surdos, mas a todos os que estão inseridos nessa realidade. Dessa forma, para Strobel (2009, p. 6), o povo surdo é grupo de sujeitos surdos que têm costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades,

ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão. Para mais, a autora acredita que a comunidade surda, não é composta só de surdos, tendo em vista que há também sujeitos ouvintes, como os familiares, os intérpretes, os professores, os amigos e outros que partilham dos mesmos interesses em comum, em um determinado lugar, podendo ser a associação de surdos, as federações de surdos, as igrejas e outros.

Portanto, a educação de surdos precisa basear-se na língua de sinais e na diferença surda, promovendo autonomia e independência aos surdos para construírem um melhor presente, na perspectiva de uma realidade cada vez melhor no futuro, em todos os setores da vida (MAIA, 2017).

Dentro desse cenário, é importante ressaltar que esse pensamento é essencial para a potencialização das capacidades e das habilidades do educando, bem como para promover a interação dos estudantes com o mundo que os cerca, bem como a valorização e o respeito à diversidade sociocultural e linguística.





3. Etapas e desenvolvimento da pesquisa

Este relatório técnico é uma exposição que descreve a execução de um conjunto de serviços desenvolvidos pelo instituto, além fatos verificados na pesquisa, cujo o tema é: *O perfil do aluno surdo do Instituto Federal Fluminense e suas necessidades educacionais*; e seguirá as orientações do guia para normalização de publicações técnico-científicas, da Universidade Federal de Uberlândia (2013), que conceitua o relatório técnico científico, da seguinte forma:

É um documento que descreve o desenvolvimento parcial ou final de pesquisas científicas e estudos ou relata a execução de determinadas atividades como experiências ou serviços. Para elaboração de um relatório os dados devem ser interpretados adequadamente e os resultados devem ser consistentes. (UFU, 2013 p. 56).

A pesquisa de campo da qual fundamentou o presente relatório, foi realizada nos meses de junho e outubro de 2022. Trata-se de uma investigação de caráter quanti-qualitativo, em que foram feitas, na primeira etapa, entrevistas estruturadas por meio de formulário com as equipes multiprofissionais responsáveis pelo atendimento de estudantes surdos nos *campi*, possibilitando a identificação desses e dos serviços a eles ofertados.

Em seguida, entre agosto e outubro de 2022, foram feitas visitas aos *campi* e entrevistas com os estudantes surdos, por meio de formulários com perguntas abertas e fechadas, acerca do perfil e de suas necessidades educacionais específicas.

Os dados quantitativos acerca do perfil desses estudantes receberam tratamento exploratório e foram organizados por meio de gráficos e tabelas. Já as perguntas de caráter qualitativo, que abordaram suas necessidades educacionais, as percepções acerca do atendimento educacional ofertado pela instituição e as demandas por melhorias no processo de ensino, foram trabalhadas por meio de uma análise de conteúdo e suas respectivas fases de desenvolvimento: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos dados (GIL, 2008 p. 152).

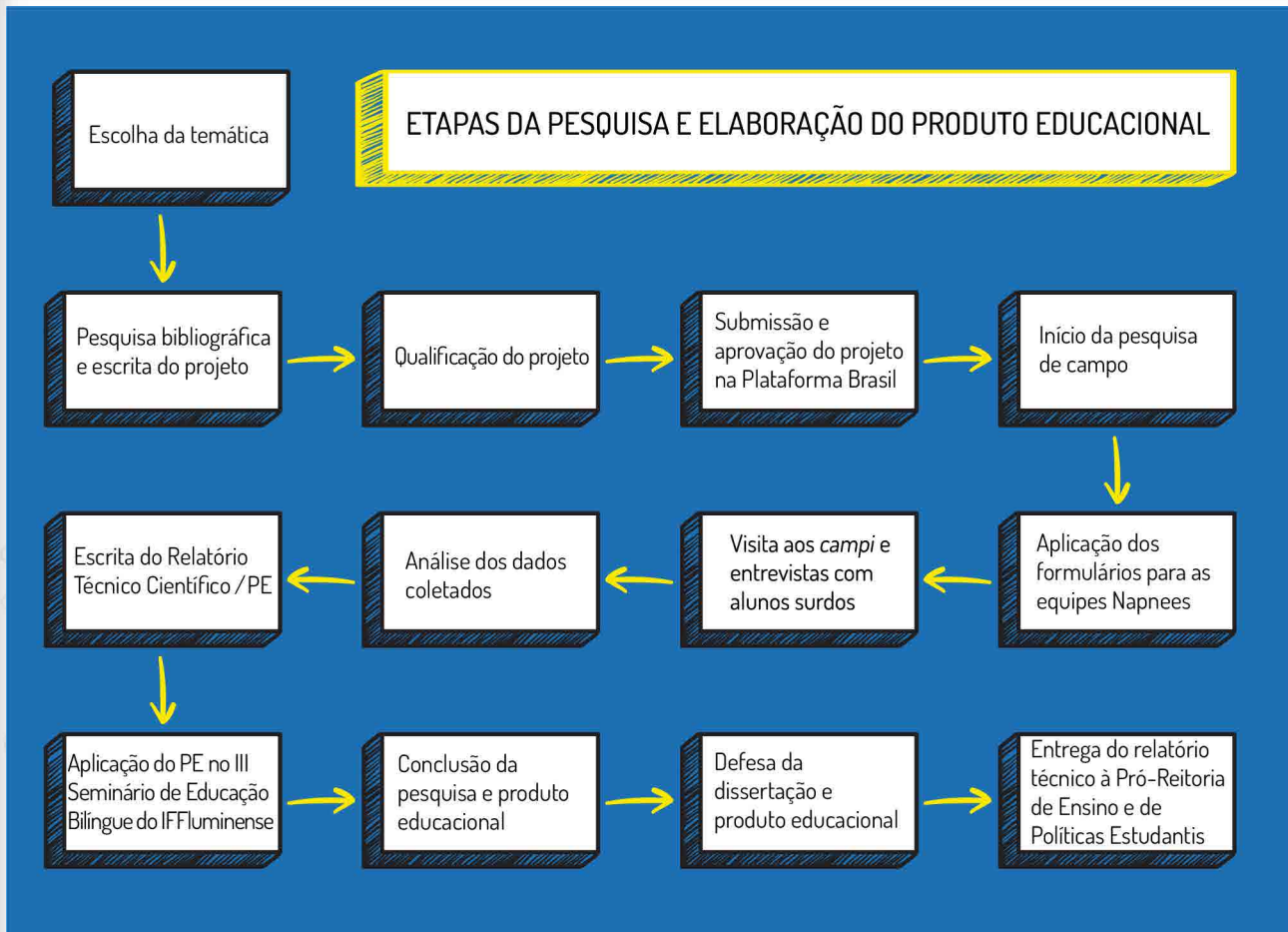
O trabalho de pesquisa empreendido enquadrou-se no nível de pesquisa descritiva, tendo, como objetivo primordial, a descrição das características de determinada população (GIL, 2008), neste caso, os estudantes surdos matriculados no IFFluminense. Desse modo, foram analisadas as seguintes variáveis:

- I. Quem são os estudantes surdos matriculados no IFFluminense: idade, gênero, situação socioeconômica, configuração familiar, onde moram, acesso a serviços além da escola;
- II. Trajetória escolar pregressa e no IFFluminense;
- III. Em quais os *campi* e os cursos que estudam;
- IV. Motivos pelos quais escolheram a instituição e o curso;
- V. Fluência em Libras;
- VI. No contexto familiar, mais alguém tem domínio da Libras;
- VII. atendimentos realizados pelo Napnee ou equipe multiprofissional;
- VIII. Recebimento de algum tipo de bolsa ou auxílio;
- IX. Principais dificuldades encontradas no IFFluminense;
- X. Possibilidades de melhoria para o processo de ensino e aprendizagem e nos atendimentos ofertados pelo IFFluminense.

Após essas etapas, foi realizado um estudo a fim de explorar as informações coletadas, para as tomadas de decisões em relação à enumeração, à codificação e à interpretação dos dados obtidos. Assim, chegou-se ao tratamento dos conteúdos, que se deu por meio da inferência e da interpretação, dando significatividade aos dados adquiridos.

Dessa forma, todo planejamento traçado para execução da pesquisa alcançou os objetivos, materializados no produto educacional através deste relatório, tendo as finalidades de apresentar à comunidade institucional o perfil e as necessidades educacionais dos estudantes surdos matriculados no IFFluminense, em 2022, e de subsidiar a gestão na tomada de decisões e nas realização de ações que atendam a essas necessidades identificadas.

Depois da análise dos dados e da conclusão do PE, por meio deste relatório técnico, foi realizada a sua apresentação à comunidade institucional no III Seminário Educação Bilíngue do Instituto Federal Fluminense, realizada no *campus* Macaé, no dia 29 de novembro de 2022, quando ocorreram contribuições acrescentadas nas recomendações. Feitas as devidas adequações, este será entregue à Pró-reitoria de Ensino e à Diretoria de Políticas Estudantis.



Fluxograma das etapas da pesquisa e do produto educacional

Fonte: Elaboração própria (2022).

Dada as etapas, conforme demonstrado no fluxograma do planejamento e da execução da pesquisa e do produto educacional, os resultados apresentam, com um enfoque amplo, a fim de não alcançar apenas os processos de ensino, as acessibilidades pedagógica e metodológica, mas também abordam as necessidades em relação aos diversos setores da instituição, com intuito de contribuir na acessibilidade comunicacional, arquitetônica e atitudinal.

Deste modo, pensado não apenas para identificar quem são os estudantes surdos, este produto educacional tem o propósito de demonstrar como cada setor ou agente, conforme a sua função dentro dos *campi*, participa de todo esse processo como um mediador da inclusão.



4. Resultados e recomendações:

a realidade educacional dos estudantes surdos e o Programa de Acessibilidade Educacional (Proae), do IFFluminense

As recomendações apresentadas aqui, têm o objetivo de contribuir para a democratização do acesso, da permanência e da conclusão do curso dos estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, matriculados nos *campi* do IFFluminense.

Espera-se que este produto contribua para fomentar a importância do Atendimento Educacional Especializado no processo educacional, no contexto da educação profissional tecnológica, para prover condições de acesso, participação e aprendizagem, garantindo serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades dos estudantes nos *campi* do IFFluminense.

Neste sentido, a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napnee) em relação ao processo educacional dos estudantes surdos é essencial, pois os projetos voltados para o ensino, para melhoria da qualidade de vida e da autonomia deles, em consonância com os objetivos do Programa de Acessibilidade Educacional do IFFluminense (IFF, 2018), contribuem para minimizar as diferentes barreiras informacionais, comunicacionais, atitudinais, físicas e espaciais.

Assim, este documento aponta aspectos que são e/ou precisam ser contemplados especificamente para Educação de Surdos, partindo dos resultados apresentados a seguir, que perpassam pelas demandas educacionais e de atendimentos realizados e não realizados nos *campi* do IFFluminense.

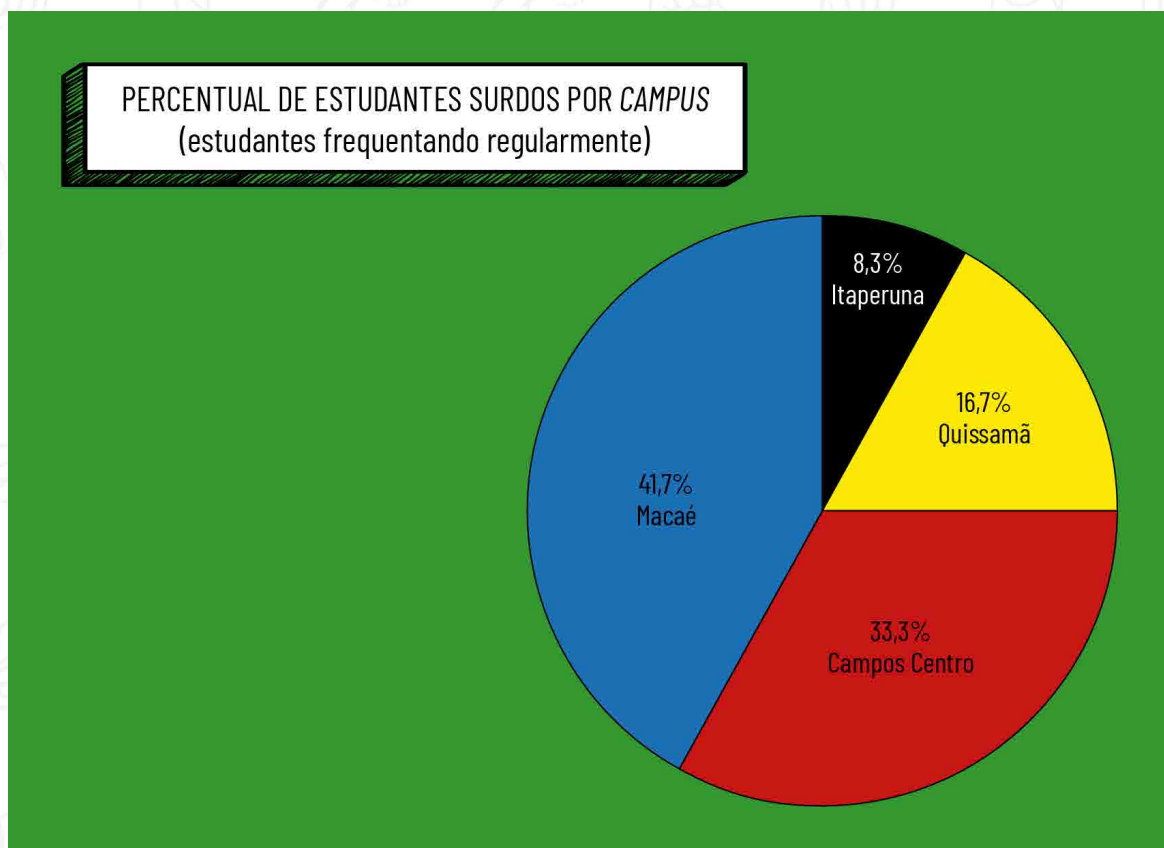
Diante do exposto, serão sinalizados os serviços garantidos, parcialmente garantidos e/ou não garantidos, apontando e recomendando adequações para a garantia dos direitos dos estudantes surdos.

4.1 CONHECENDO OS ESTUDANTES SURDOS DO IFFLUMINENSE

4.1.1 O contexto socioeconômico dos estudantes surdos do IFFluminense

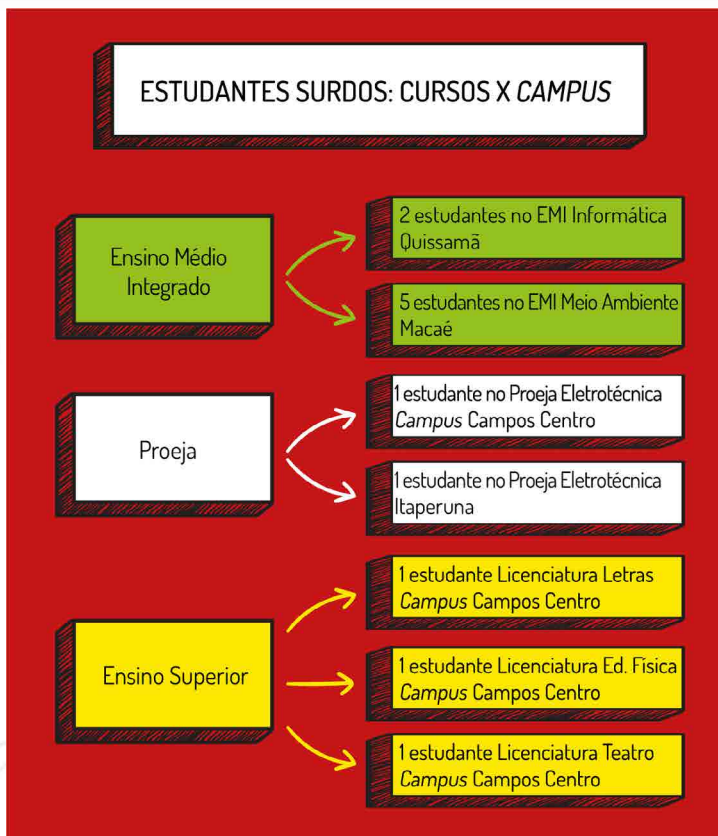
Em conformidade com a recente alteração na LDB, pela Lei n. 14.191/2021, o público alvo da pesquisa foram estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas. Salientando, então, que não foram contemplados estudantes com deficiência/perda auditiva não sinalizantes, ou seja, oralizados.

No levantamento realizado, apurou-se que, no ano letivo de 2022, o IFFluminense possuía, em seu quadro discente, quatorze estudantes surdos matriculados no total, doze frequentando e dois com matrícula ativa, porém que não frequentavam, sendo esses sinalizados pelas coordenações dos Napnees como desistentes. Os estudantes foram mapeados por *campus*, cursos, formas de ingresso, percurso acadêmico, perfil socioeconômico e necessidades educacionais.



Percentual de estudantes surdos por *campus*

Fonte: Elaboração própria (2022).

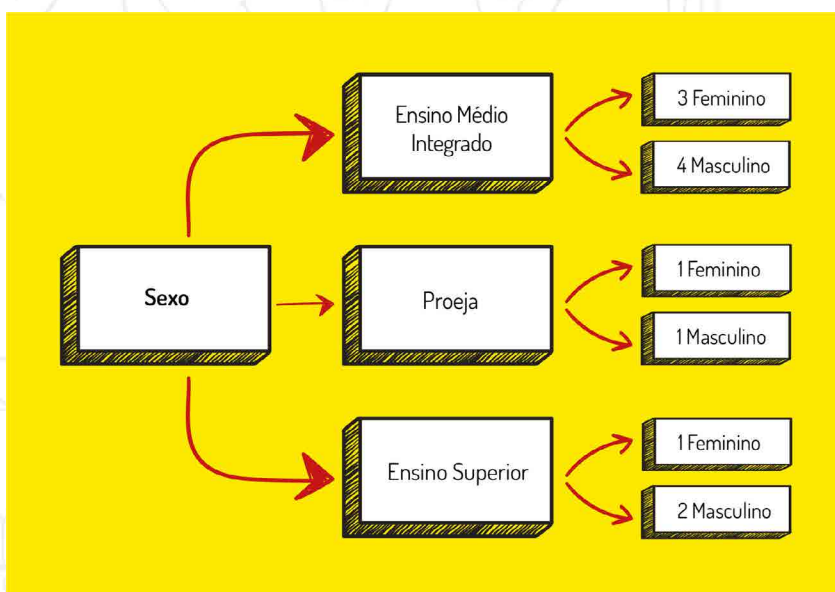


Mapeamento dos estudantes surdos por *campi* e cursos

Fonte: Elaboração própria (2022).

No ano letivo de 2022, 41,7% dos *campi* do IFFluminense possuíam estudantes surdos matriculados, sendo o *campus* Macaé a unidade com o maior número, cinco no total, todos no Ensino Médio Integrado de Meio Ambiente.

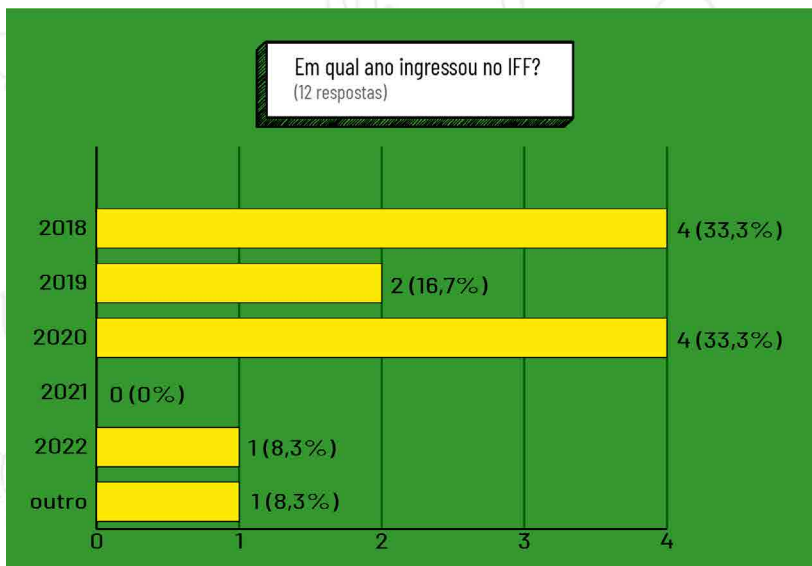
Cabe sinalizar ainda que, dos doze estudantes surdos, cinco são do sexo feminino, e sete, do sexo masculino.



Mapeamento do sexo dos estudantes surdos do IFFluminense

Fonte: Elaboração própria (2022).

No que permeia as questões de ingresso, após a recente saída de um contexto pandêmico que afetou o mundo inteiro e refletiu diretamente na educação, é possível dizer que, ao observar os dados do gráfico abaixo, no auge da pandemia da Covid-19, no ano letivo 2021, não houve ingresso de estudantes surdos nos *campi* e, ainda sob consequência dessa realidade, no ano letivo de 2022, no IFFluminense, ingressou apenas um estudante surdo no EMI Informática, do *campus* Quissamã.

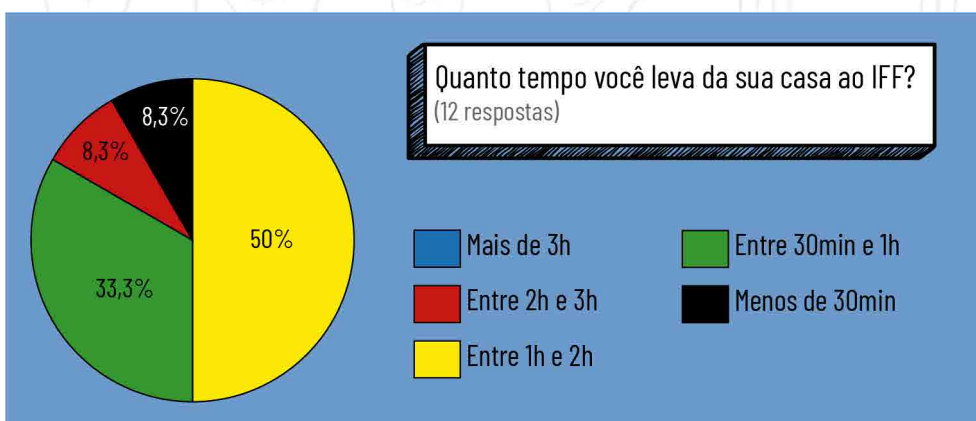


Ano de ingresso no IFFluminense

Fonte: Elaboração própria (2022).

Outra questão importante é que, no atual período letivo, em sua maioria, os estudantes surdos do IFFluminense são maiores de idade, sendo o único menor o ingressante em 2022.

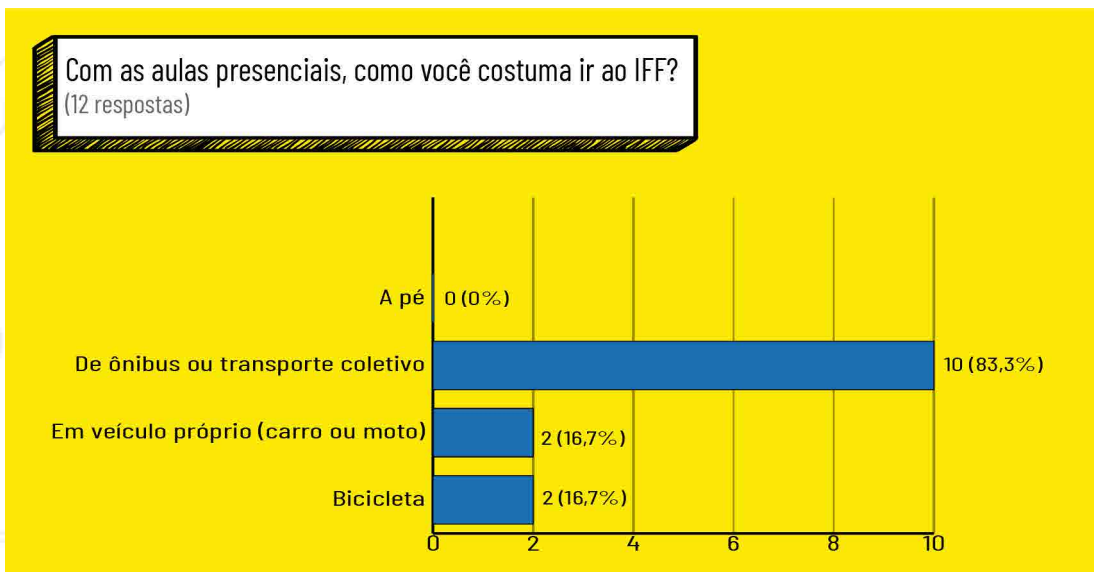
Além disso, ao avaliar as condições sociais desses estudantes, pode-se observar que 50% residem longe da escola, levando mais de uma hora no trajeto até seu *campus*, para estudar.



Tempo percorrido da residência dos estudantes surdos ao campus que estudam

Fonte: Elaboração própria (2022).

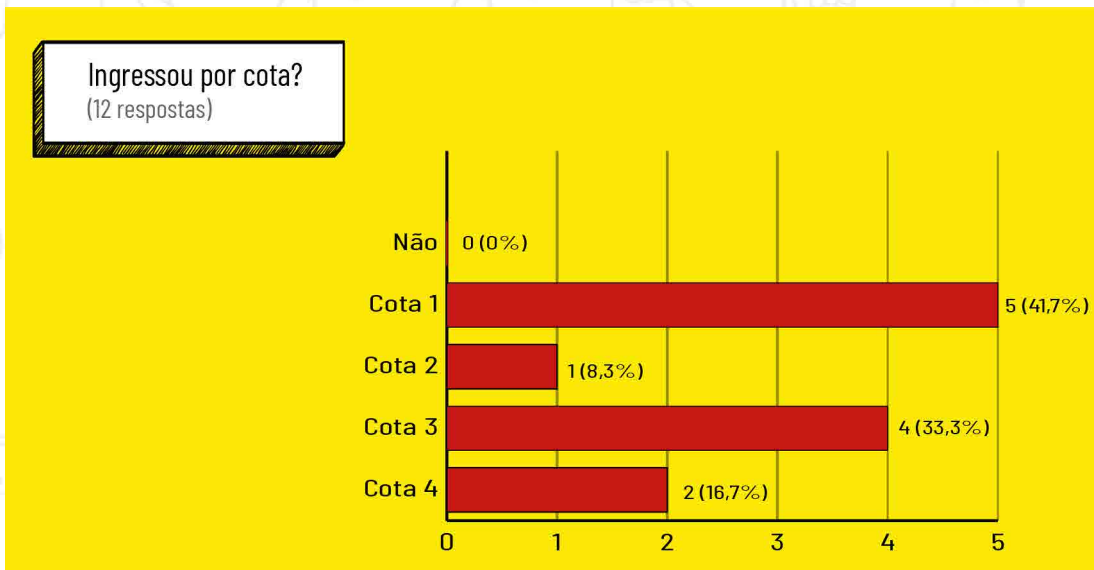
Em virtude dessa demanda, 83,3% desses estudantes dependem de transporte público gratuito, acarretando em atrasos, cansaço e, em alguns casos, desmotivação, o que precisa ser levado em consideração em seus respectivos planos de ensino.



Meio de transporte utilizado pelos estudantes surdos para irem ao *campus*

Fonte: Elaboração própria (2022).

Além disso, identificou-se que 83,3% dos estudantes do ensino médio integrado são oriundos de escolas municipais, e todos os três do ensino superior concluíram o ensino médio na rede estadual de ensino. Nesse sentido, todos ingressaram na instituição por cotas, sendo cinco ingressantes pela cota 1, um pela cota 2, quatro pela cota 3 e dois pela cota 4, conforme demonstra o quadro a seguir:



Ingressantes por cotas

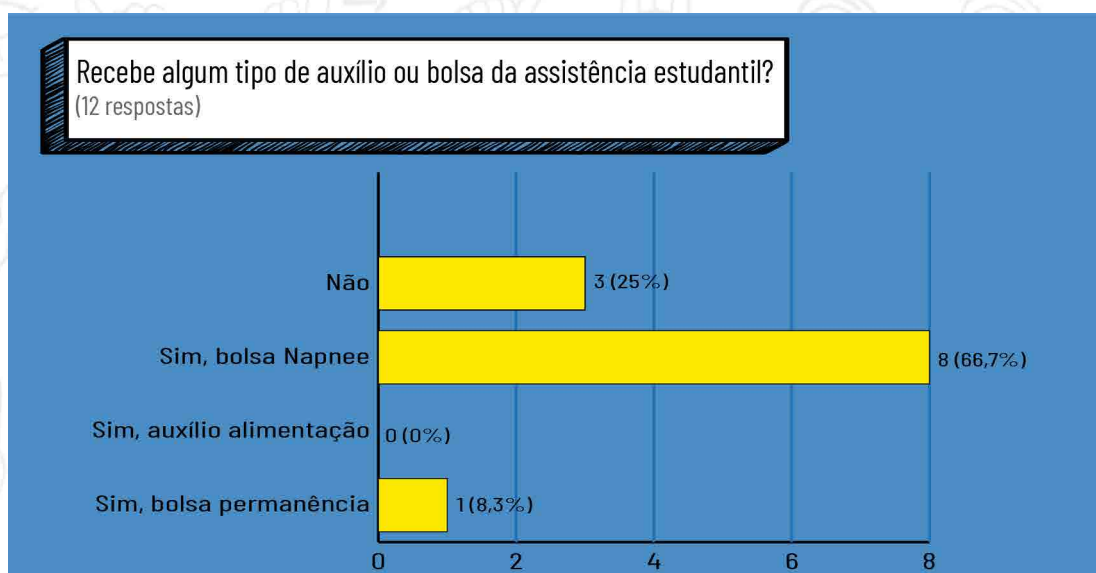
Fonte: Elaboração própria (2022).

É importante salientar que 66,7% dos estudantes surdos contribuem diretamente com a renda familiar, dos quais 50% possuem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Outro dado relevante é que apenas 25% não possuem nenhum tipo de auxílio ou bolsa de assistência estudantil. Contudo a bolsa Napnee ou Enee, como denomina o Programa de Assistência Estudantil do IFFluminense, contempla mais da metade dos estudantes surdos matriculados nos *campi*.



Beneficiários de programas sociais

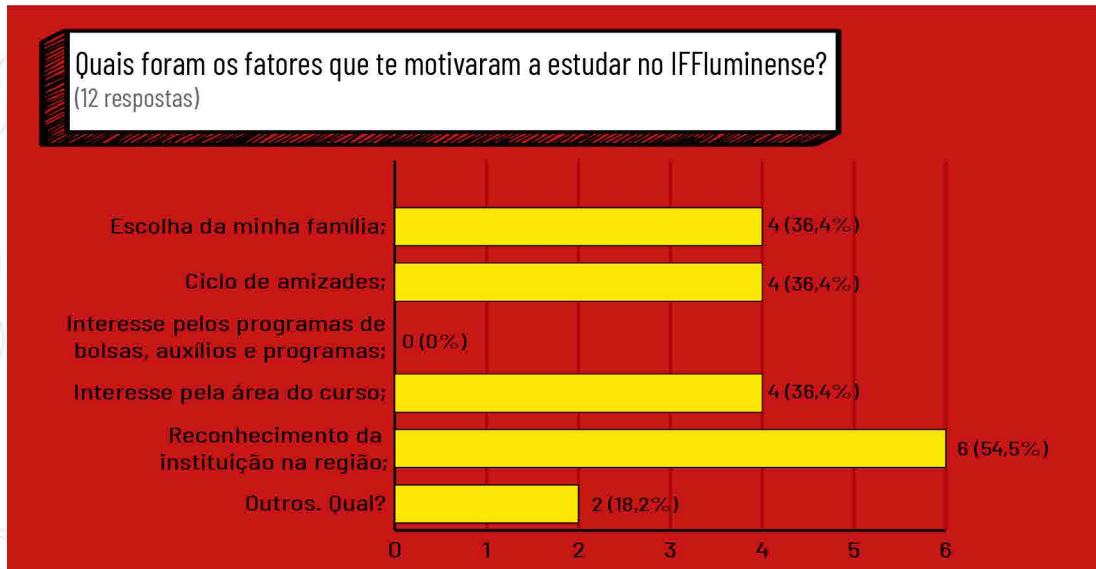
Fonte: Elaboração própria (2022).



Beneficiário pelo programa de assistência estudantil do IFFluminense

Fonte: Elaboração própria (2022).

Diante dos números apresentados, compreende-se que o BPC e as bolsas da assistência estudantil contribuem diretamente para o sustento das famílias dos estudantes surdos. Apesar disso, 54,5% dos estudantes surdos afirmam que a maior motivação para estudar no IFFluminense foi o reconhecimento da instituição na região onde residem, e não pelo interesse nas bolsas, nos auxílios e nos programas.



Fatores que motivaram a estudar no IFFluminense

Fonte: Elaboração própria (2022).

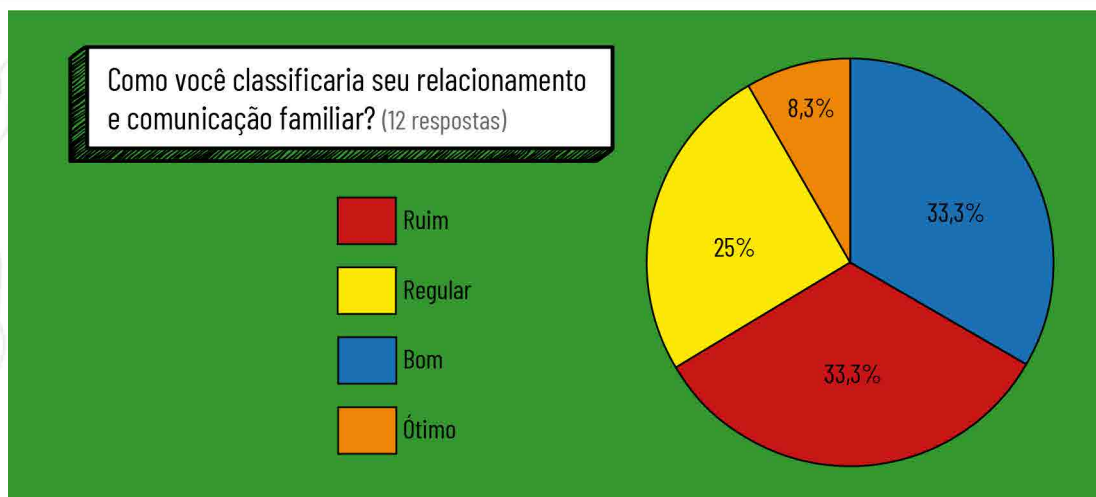
Como se observa, o grupo de estudantes surdos do IFFluminense possui características de demandas econômicas semelhantes, sendo todos oriundos da educação pública, a maioria beneficiários de programas sociais e das bolsas do programa de assistência estudantil, dos quais mais da metade contribui financeiramente com o sustento familiar. Isso reforça a importância de que os gestores tenham a compreensão da necessidade econômica desse grupo, não os perdendo de vista nas tomadas de decisão acerca das condições de acesso, de permanência e de êxito dos estudantes na escola, como assegura o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI:

O IFF tem importante papel para a democratização do acesso à educação pública, na região de sua abrangência, a partir da interiorização da rede federal. A expansão implica em avançar nas questões de infraestrutura, gestão de pessoas e condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes na escola, compromisso central desse documento. (IFF, 2018, p. 247)

E, assim, em consonância com o compromisso central do PDI, cabe ao IFFluminense assegurar aos estudantes surdos ações pautadas em uma política educacional inclusiva, que contemple a formação integral, compreendendo a importância do desenvolvimento desses indivíduos em todas as suas dimensões - intelectual, física, emocional, social e cultural .

4. 1. 2 Relacionamento familiar e engajamento com a comunidade surda

É indissociável a relação entre família e escola para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, visando conhecer os estudantes surdos, a pesquisa investigou informações culturais e familiares que podem afetar a vida acadêmica.



Avaliação dos estudantes surdos sobre o relacionamento familiar

Fonte: Elaboração própria (2022).

Ao analisar as informações acima, observa-se que 33,3% dos estudantes surdos consideram sua relação familiar ruim, e apenas um, dos doze estudantes, afirma ter um ótimo relacionamento de sua casa.

Nesse contexto, os estudantes afirmam que essa realidade se dá pela falta de comunicação com os seus familiares. Apenas 16,6% dos estudantes disseram se comunicar bem em casa, onde todos são usuários da Libras.

Já 66,7% dos estudantes não se conseguem comunicar dentro da própria casa e relatam se sentirem isolados e desprezados no ambiente familiar. Outro dado relevante é que 74,7% dos estudantes acreditam que, se todos os residentes de suas casas fossem usuários de Libras, sua vida seria bem melhor.

Entendendo o papel social da escola, mediante esses números, é importante que as gestões dos *campi* fomentem ações para modificar essa realidade. Uma opção é criar projetos envolvendo as famílias, estimulando a compreensão da língua e o contexto social da comunidade surda.

É na escola que o educando consolidará a socialização, mas, para que isso ocorra, a família deve ser inserida neste meio de maneira que possa apoiá-lo e demonstrar por meio de práticas os ensinamentos passados pela escola, como o coletivo, o não preconceito, a não discriminação etc. (TAVARES, 2012, p. 31).

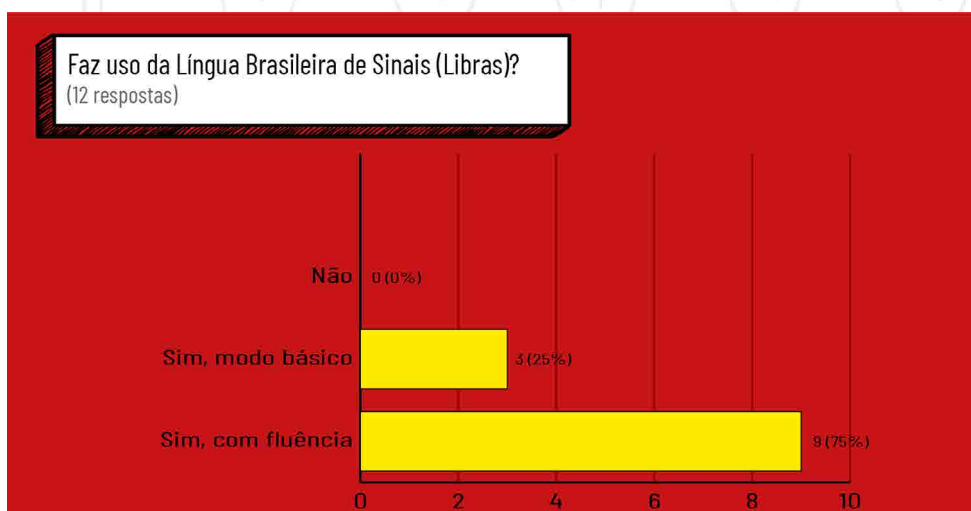
Conforme mencionado, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a instituição precisa comprometer-se com o estudante surdo, mobilizando-se em prol do efetivo exercício da cidadania, estimulando ações que promovam a inclusão desse estudante em diferentes espaços sociais, visando à missão, aos valores e ao compromisso do IFFluminense de potencializar o indivíduo no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos.

O compromisso social e a responsabilidade com que assume suas ações traduzem a concepção de um projeto que o fortalece como instituição de educação profissional e tecnológica, que busca potencializar o indivíduo no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos, a partir de uma prática interativa e postura crítica diante da realidade. (IFF, 2018, p. 41)

Cabe ao IFFluminense respeitar, zelar e valorizar sua comunidade surda, composta por estudantes e servidores surdos, estudantes e servidores ouvintes militantes da causa, professores, familiares e intérpretes. Dessa forma, os gestores dos *campi* devem comprometer-se com a educação dessa comunidade, não responsabilizando apenas a equipe Napnee, em conformidade com o PDI.

Promover políticas de inclusão e assistência estudantil para pessoas com necessidades educacionais especiais é caminhar no sentido de construção de uma sociedade mais igualitária e reflete o compromisso que o IFFluminense possui com a construção da cidadania e o desenvolvimento da inclusão plena em suas unidades de ensino (IFF, 2018, p. 244).

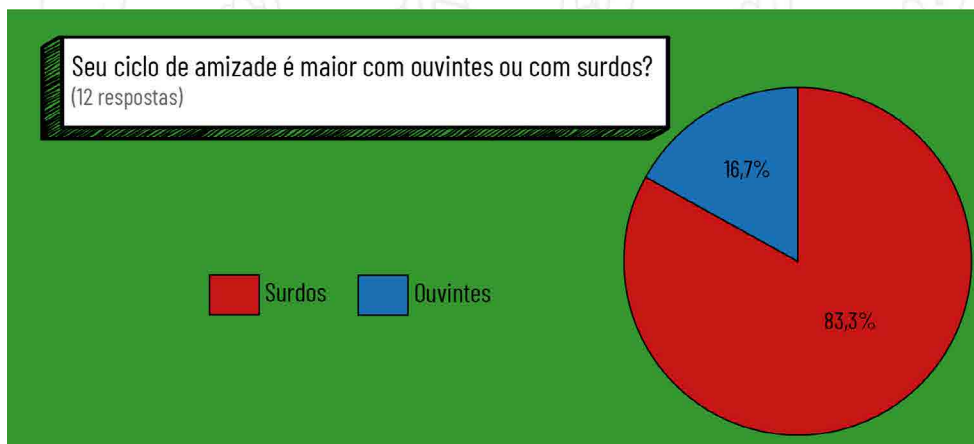
Buscou-se analisar o engajamento dos estudantes surdos com sua respectiva comunidade e fluência na língua materna. Observou-se que 75% dos estudantes surdos acreditam ser fluentes na língua de sinais.



Familiares usuários de Libras

Fonte: Elaboração própria (2022).

Dos 25% dos estudantes que não se consideram fluentes em Libras, um é do *campus* Macaé, e os outros dois são do *campus* Quissamã.



Ciclo de amizades

Fonte: Elaboração própria (2022).

Apenas 16,7% dos estudantes declaram ter mais amizades ouvintes, não se relacionando com indivíduos surdos, não tendo, assim, acesso à cultura surda. Essa informação é de grande relevância, pois são dois, dos três estudantes, que declaram não ter fluência em Libras, ambos do *campus* Quissamã.

Algo precisa ser feito para que essa realidade seja modificada. Esses dois estudantes surdos do *campus* Quissamã possuem TILSP. Entretanto, não há professor ou instrutor de Libras para que os apresentem a sua respectiva língua materna, não sendo garantido a esses estudantes o previsto em todas as políticas vigentes, inclusive no próprio Programa de Acessibilidade Institucional.

4. 1. 3 Os estudantes surdos do IFFluminense e suas necessidades educacionais específicas

Freire (1987) mostra que a escola democrática é um instrumento de modificação social através do trabalho, do ensino e da aprendizagem. Assim, para que a escola seja, de fato, democrática, precisa adequar-se a realidade de seus estudantes, tomando decisões pautadas nas necessidades educacionais dos mesmos.

Dessa forma, a fim de construir uma política educacional democrática, é preciso compreender o que o indivíduo já traz consigo. Na educação de surdos, as necessidades específicas linguísticas e psicossociais desses estudantes devem ser o foco.

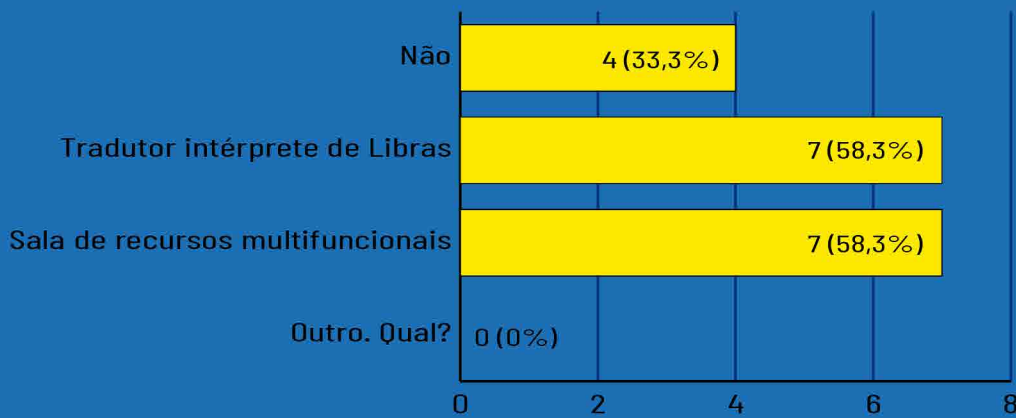
É preciso que a escola esteja preparada para receber essa nova clientela, esses grupos sociais minoritários que estão adentrando nas escolas públicas e fazendo parte desse contexto educacional, dando-lhes condições de inclusão educacional e social, preparando-os para um futuro melhor na sociedade e na comunidade em que vivem. A escola e seus membros precisam promover a mudança na vida desses alunos, por meio de um projeto político pedagógico que atendam as especificidades e a realidade desse alunado, para que possam realmente, fazer a diferença em suas vidas. Por isso, a escola deve mudar, e promover uma inclusão de fato. (PAZIANI, 2011, p. 14).

No que tange ao Proae, observa-se que há poucas abordagens referentes à educação de surdo, sinalizando apenas a tradução do português para Libras nas atividades letivas, e nos processos seletivos, sendo essa apenas uma das ações para que haja inclusão exitosa desse alunado.

Em virtude disso, cabe ao IFFluminense repensar essa política, ou melhor, criar uma política específica, atualizada e contextualizada, baseando-se na filosofia da educação bilíngue de surdos, conforme preconiza a Lei n. 14.191, de 3 de agosto de 2021.

Como mencionado anteriormente, todos os estudantes surdos do IFFluminense são oriundos da rede pública de ensino, sendo três sem fluência na língua materna, quatro deles, representando 33,3% da totalidade, que não tiveram acesso a nenhum tipo de atendimento especializado antes de ingressarem no IFFluminense.

Na última escola que estudou, recebeu algum tipo de atendimento especializado?
 (12 respostas)



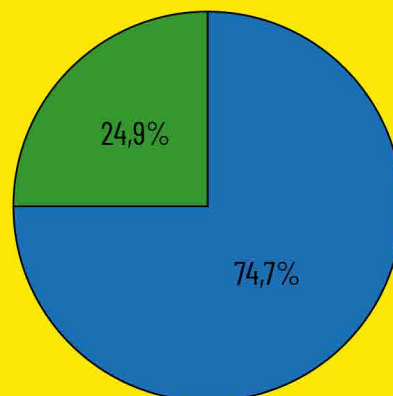
Atendimento especializado recebido em unidades escolares anteriores ao IFFluminense

Fonte: Elaboração própria (2022).

Todos os estudantes surdos são atendidos com TILPS, entretanto, para nenhum deles é ofertado AEE com professor especialista. Dos doze estudantes, apenas três se encontram matriculados regularmente no período cursado, sem redução de componentes curriculares, contudo 74,7% não cursam a grade regular, pois, devido a suas necessidades educacionais, cursam menos componentes curriculares nos períodos letivos, acarretando mais tempo para a conclusão de seus estudos.

Está no tempo regulamentar do curso?
 (12 respostas)

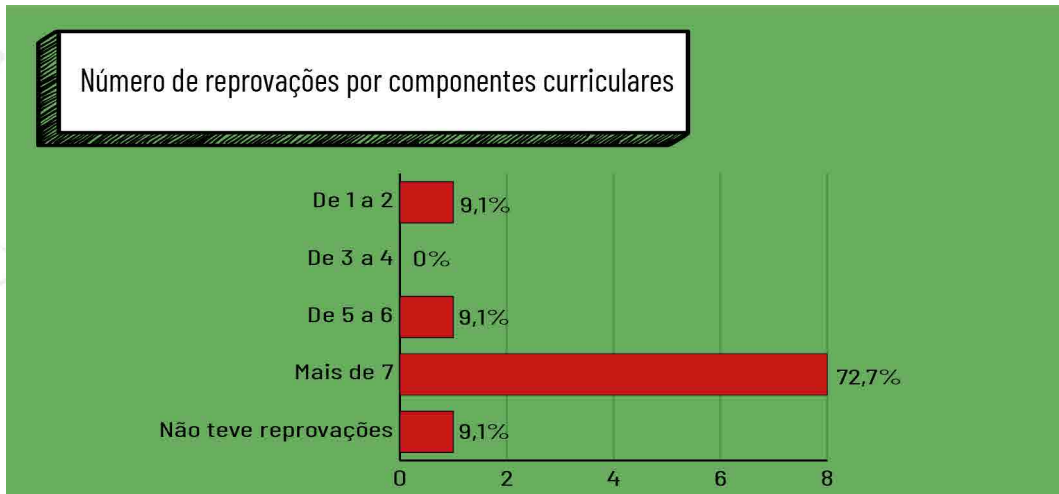
■ Não ■ Sim



Tempo correto no processo de formação no curso matriculado

Fonte: Elaboração própria (2022).

Apesar do aumento da temporalidade, 72,7% dos estudantes já obtiveram mais de sete reprovações em diferentes componentes curriculares.



Reprovações por componente curricular

Fonte: Elaboração própria (2022).

Outro ponto analisado é que todos os estudantes apresentam mais de um aspecto nas dificuldades enfrentadas no IFFluminense. Assim, 83,3 % relataram dificuldade com a falta de acessibilidade a comunicacional e dificuldades de aprendizagem. Ainda 66,7% afirmaram falta de acessibilidade atitudinal, pois os professores não realizam as adaptações curriculares.

Ao entrar no IFF, quais foram suas dificuldades? (12 respostas)



Dificuldades encontradas ao ingressar no IFFluminense

Fonte: Elaboração própria (2022).

Em relação à sinalização de falta de adaptação curricular, trata-se de algo sério, que deve ser revisto por todos os gestores. Os dados mostram que há algo acontecendo. Segundo as coordenações Napnee, 83,3% dos estudantes surdos possuem, sempre que necessário, plano de ensino individualizado. Diante disso, como pode 66,7% dos professores não realizarem as adaptações curriculares adequadas?

Recomenda-se que os gestores do IFFluminense analisem se, de fato, os planos de ensino individualizados estão sendo aplicados corretamente, investigando como está acontecendo essa

supervisão por parte das coordenações de curso e da equipe Napnee. É preciso que se avalie a funcionalidade e aplicabilidade do PEI, para que ele atenda, na íntegra, as necessidades desses estudantes.

No que tange às questões de adaptação metodológica, curricular e acessibilidade atitudinal, 16,7% dos estudantes afirmaram que se sentem ignorados pelos professores, como se apenas os estudantes ouvintes estivessem dentro de sala, contudo outros 16,7% não souberam responder como o professor poderia melhorar a sua prática para mudar essa realidade.

66,6% dos estudantes afirmaram que os professores reproduzem aos surdos a educação planejada apenas para os ouvintes, como se eles fossem de responsabilidade do TILSP, que, na verdade, é responsável apenas pelo processo tradutório. Diante dos números apresentados, as insatisfações dos estudantes mostram a importância da formação docente para educação de surdos. Ao longo dos anos, a escola de formação IFFluminense vem ofertando formações voltadas para a educação inclusiva, como foi o caso do curso: *Normativas da Educação Inclusiva: adaptação Curricular e Plano Educacional Individualizado (PEI)*, ocorrido em junho de 2021.

Especificamente para educação de surdos, recentemente, a Diretoria da Escola de Formação e Desenvolvimento de Pessoas do IFFluminense ofereceu um curso intitulado: Formação de Professores Bilingues para Surdos e Aperfeiçoamento para Atendimento Bilingue de Técnico-Administrativos, iniciado no dia 02 de agosto e finalizado em 29 de novembro de 2022. Entretanto houve baixa adesão do corpo docente para se qualificar nessa temática. A maioria dos cursistas foram Técnicos Administrativos em Educação (TAE). Do total de 47 inscritos, 17 são docentes, e 30, TAE.

Em virtude disso, **recomenda-se à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, assim como à gestão dos campi, a criar, em parceria, uma política de formação específica com a finalidade de incentivar os docentes a participarem dessas formações, buscando, assim, reverter as dificuldades no que tange às adaptações curriculares.**

Os entrevistados foram questionados também acerca de qual seria a melhor forma de atendimento pedagógico. Todos responderam que seria melhor se o corpo docente compreendesse a educação de surdos à luz do bilinguismo, afirmando que se sentiriam mais incluídos e aprenderiam melhor. Além disso, 100% dos estudantes sinalizaram que seria bom para a comunidade surda do IFFluminense se o corpo docente aprendesse Libras.

Ainda sobre o atendimento pedagógico, dentro do contexto da educação bilíngue mencionado anteriormente, os estudantes surdos do *campus* Macaé afirmaram que se sentem melhor quando são atendidos separadamente, na classe bilíngue, com atendimentos exclusivos para surdos, baseado na meta 4, estratégia 4.7 do PNE, que relata:

4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - Libras como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos; (BRASIL, 2014, p. 55).

Diante do exposto, a pesquisa mostrou que o *campus* Macaé é a única unidade do IFFluminense a atender os estudantes surdos com essa proposta, onde há uma sala do lado do Napnee para ministração de aulas individualizadas e em grupos. Os cinco estudantes surdos do *campus* relataram ter preferência por essa forma de atendimento, dizendo ser melhor, pois a proposta de trabalho é exclusiva para suas necessidades educacionais específicas. Afirmaram ainda que, quando as aulas acontecem na sala de aula regular, sentem-se excluídos do processo, e afirmaram que, apesar da presença do TILSP e a oferta do PEI, as aulas são planejadas para os ouvintes, diferentemente de como ocorre na classe bilíngue de surdos.

Dessa forma, os dados apresentados fomentam a necessidade das adequações, com base nas orientações trazidas pelos pressupostos metodológicos, que embasam a educação de surdos, sendo necessária a criação de uma política educacional própria para esses estudantes, com a reprodução de uma educação pensada nessa comunidade, não replicando, erroneamente, a educação dos ouvintes com adaptações ineficientes para os surdos.

Por conseguinte, em conformidade com as políticas públicas, **recomenda-se que todo processo educacional dos estudantes surdos nos campi do IFFluminense seja pautado na filosofia do bilinguismo, garantido não apenas pelo Proae como também pela Regulamentação Didático Pedagógica e todos os Projetos Pedagógicos dos cursos.**

4. 2 OS ESTUDANTES SURDOS E O NAPNEE DOS CAMPI DO IFFLUMINENSE

4. 2. 1 A configuração dos Napnees

O Napnee corresponde ao núcleo de acessibilidade, cujo objetivo é garantir um sistema educacional inclusivo, contribuindo para a implementação de políticas de acesso, de permanência e de conclusão, com êxito, dos estudos dos estudantes com necessidades educacionais específicas, auxiliando também seus professores, segundo as diretrizes do Proae do IFFluminense, instituído pela Resolução n. 33/2018, com a fundamentação do inciso I, do Art.1, do Decreto 7.611/2011.

Por meio de sua equipe multidisciplinar, o Napnee deve desenvolver ações que garantam os direitos dos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Deve ofertar serviços que vão além do Atendimento Educacional Especializado, tendo sempre, em suas ações, a articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e promoção da educação inclusiva para convivência com respeito à diversidade.

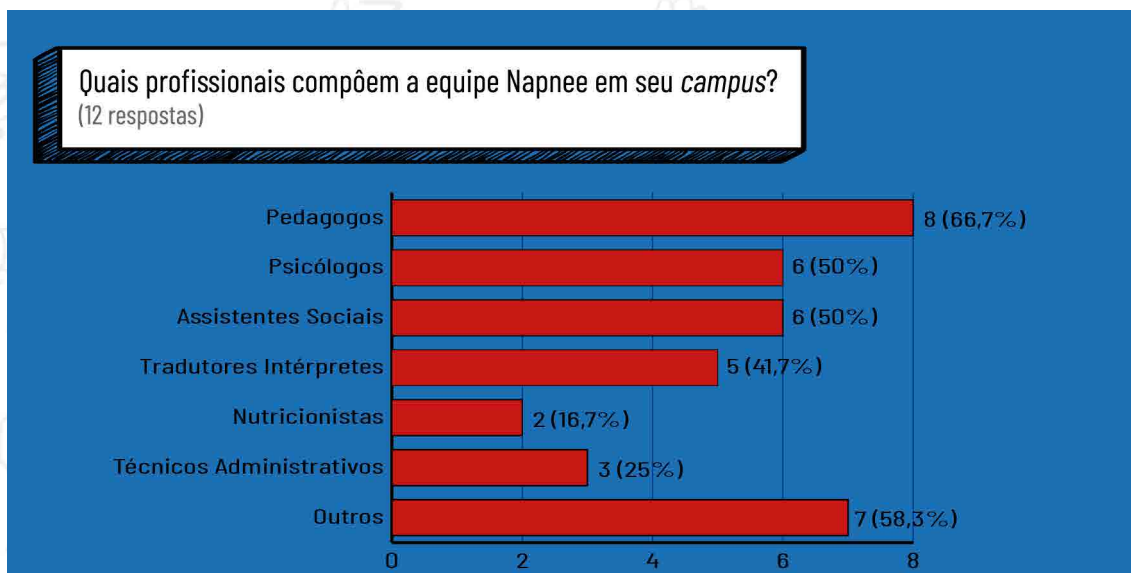
Entende-se como equipe multidisciplinar do Napnee nos *campi* do IFFluminense, conforme apresentado no capítulo VI do Programa de acessibilidade institucional, o grupo multiprofissional composto por docentes, técnicos administrativos em educação com conhecimentos necessários para atuar nessa função (assistente social, psicólogo, pedagogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo,

neuropsiquiatra, professor bilíngue (Português-Libras), tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa, revisor e transcritor braile, entre outros) e monitores das disciplinas necessárias (IFF, 2018).

Diante da diversidade social, cultural, educacional, e até mesmo de saúde, apresentadas pelos estudantes surdos no cotidiano dos *campi*, a instituição como um todo deve entender a necessidade dos serviços ofertados pela equipe Napnee, para que a inclusão escolar aconteça de forma correta e alcance o desenvolvimento dos talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Garcia (1994) defende que a equipe multiprofissional (multidisciplinar), trabalha coletivamente, quando profissionais com formações diferentes atuam em conjunto e em função de um contexto, partilhando possibilidades diferentes em prol de uma determinada ação, reflexão e intervenção em vários níveis, envolvendo: pessoas, contextos, situações, conhecimentos teóricos e práticos, em face dos muitos problemas encontrados pela escola.

Abaixo, apresentam-se os profissionais que compõem a equipe multidisciplinar que, em sua maioria, não são exclusivos para os atendimentos do Napnee, atendendo todas as demandas do *campus*.



Composição da equipe Napnee

Fonte: Elaboração própria (2022).

Assim, com os resultados analisados, observa-se que, nos doze *campi* pesquisados, nenhum deles tem suas equipes completas, seguindo o que é garantido no Proae. A seguir, apresenta-se a quantidade de servidores e respectivos cargos, que se encontram lotados exclusivamente no Napnee de cada *campus*.

CAMPUS	EQUIPE NAPNEE	CARGO
Bom Jesus do Itabapoana	4 servidores	2 Técnicos em Assuntos Educacionais e 2 Tradutores Intérprete de Linguagem Sinais
Cabo Frio	Não há servidor lotado no setor	
Cambuci	1 servidor	Tradutor Intérprete de Linguagem Sinais
Campos Centro	10 servidores	1 Professor, 1 Pedagogo, 1 Técnico em Assuntos Educacionais, 3 Tradutor Intérprete de Linguagem Sinais e 3 Profis. Tec. Espec. Linguagem
Itaboraí	1 servidor	Técnico em Assuntos Educacionais
Itaperuna	2 servidores	1 Assistente Social, 1 Tradutor Intérprete de Linguagem Sinais e 1 Profis. Tec. Espec. Linguagem
Quissamã	2 servidores	1 Pedagogo e 1 Profis. Tec. Espec. Linguagem Sinais
Macaé	5 servidores	1 Tradutor Intérprete de Linguagem Sinais e 4 Profis. Tec. Espec. Linguagem
Maricá	1 servidor	Pedagogo
São João da Barra	1 servidor	Pedagogo
Santo Antônio de Pádua	1 servidor	Técnico em Assuntos Educacionais

Servidores lotados no Napnee, de acordo com o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)

Fonte: Elaboração própria (2022).

Por meio das informações retiradas do SUAP, em 27 de outubro de 2022, trazidas na tabela acima, salienta-se que, em todos os *campi*, a equipe Napnee encontra-se incompleta, contradizendo o Proae do IFFluminense. Assim, é necessário que a gestão garanta ações que revertam essa realidade.

É relevante pontuar que, apesar de, nos *campi* Macaé e Campos Centro, haver professor de Letras-Libras, eles desenvolvem ações de ensino com estudantes ouvintes como, por exemplo, nos cursos de licenciatura, não havendo ligação desses docentes para a garantia da oferta do AEE bilíngue, conforme preconizado nas legislações vigentes.

Outro aspecto que deve ser priorizado pela gestão do IFFluminense é a inserção do professor de AEE, na composição dos profissionais do Napnee, conforme menciona o Capítulo VI do Programa de Acessibilidade Educacional do Instituto Federal Fluminense e preconiza o Art. 12 da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) n.4, de 13 de julho de 2009.

Não menos importante, uma questão a ser levantada é que ainda há *campus* sem pedagogo em suas equipes Napnee, como os casos dos *campi* Itaboraí e Cambuci. Outro cenário preocupante é a realidade do serviço de psicologia, pois apenas 50% dos *campi* possuem esse profissional.

O serviço social é outra área que também precisa de atenção. De acordo com a pesquisa, em julho de 2022, os *campi* Quissamã, Maricá, São João da Barra e Cambuci ainda não possuíam assistente social,

o que impacta diretamente os estudantes surdos, por possuírem questões sociais específicas, como no caso do *campus* Quissamã, que tem dois estudantes surdos matriculados com demandas específicas desse profissional.

Já com relação ao serviço de interpretação e tradução da Libras-Língua Portuguesa, apenas os *campi* que possuem estudantes surdos matriculados são contemplados com esse serviço. Entretanto, no *campus* Cabo Frio, há uma servidora surda que se encontra sem a garantia do profissional TILSP.

Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos. (BRASIL, 2015, p. 8).

Diante disso, o IFFluminense deve ser obrigado a garantir acessibilidade no local de trabalho para a servidora surda, em consonância com o Art. 34, da Lei Brasileira de Inclusão. Evidencia-se a importância da gestão do IFFluminense articular a melhoria da oferta da equipe multidisciplinar por meio da contratação de novos profissionais, levando em consideração a importância desses serviços no processo educacional dos estudantes e, para além disso, a garantia já prevista no Proae, assim como a orientação por meio da estratégia 4.5 do Plano Nacional de Educação:

[...] estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2014, p. 2).

Ainda sobre a análise das equipes multidisciplinares, observa-se que, em sua maioria, as coordenações estão atuando há pouco tempo, e 58,3% estão, no máximo, há um ano na coordenação. Observou-se também que, na maioria dos *campi*, como Itaperuna, Macaé, Santo Antônio de Pádua, Maricá, Cambuci, Cabo Frio e São João da Barra, os núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas estão ligados administrativamente à direção de ensino. Os *campi* Bom Jesus do Itabapoana, Quissamã e Campos Centro estão sob a gerência administrativa da direção ou da coordenação da assistência estudantil. Já o de Campos Guarus encontra-se ligado à diretoria de apoio às atividades acadêmicas. Portanto, o único Napnee que está ligado diretamente à direção de administração é o do *campus* Itaboraí.

Independente de a quem o Napnee esteja ligado administrativamente, é importante ressaltar que a educação é um dos direitos sociais constitucionalmente garantidos (BRASIL, 1988), devendo ser ofertada para o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho, cabendo ao Napnee trabalhar para a eliminação de obstáculos que impeçam o êxito no processo de aprendizagem do estudante com NEE, especificamente aqui abordado, o estudante surdo. Assim, o Napnee dos *campi* do IFFluminense, juntamente aos gestores da instituição, devem preparar a escola em todos os sentidos, para o atendimento com qualidade do estudante surdo, garantindo igualdade de oportunidades.

Face ao exposto, conforme preconizado na Lei n. 14.191/2021, que alterou a LDB, dispendo sobre a oferta da educação bilíngue de surdos, o Napnee deve trabalhar para a adequação dessa nova modalidade educacional, de forma que as demandas dos estudantes surdos, nos *campi* do IFFluminense, sejam atendidas.

Desse modo, é importante que os *campi* tenham profissionais habilitados, com vistas aos atendimentos pautados nas políticas públicas, garantindo-se a educação bilíngue, modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, independentemente da estrutura, em classes bilíngues de surdos e/ou em turmas regulares com estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação, ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

Para tal, **recomenda-se que, após a matrícula do estudante surdo, a equipe Napnee faça uma anamnese com o objetivo de conhecer suas questões educacionais e psicossociais e, assim, auxiliar o planejamento docente e encaminhamentos adequados à sua inclusão no contexto institucional.** Após a anamnese feita pela equipe Napnee, **recomenda-se que o estudante surdo seja submetido a um processo de diagnóstico da aprendizagem, realizado pelo docente de cada componente curricular, para a construção do plano de ensino individualizado, partindo de suas necessidades educacionais.**

Assim, mediante os resultados desse processo de diagnóstico, constatadas suas respectivas necessidades, **recomenda-se que o estudante surdo passe por um período letivo com intervenções individualizadas, que oportunize a ele conhecimentos prévios, trabalho pedagógico diferenciado, objetivando o êxito na inclusão e na aprendizagem, devendo o Napnee acompanhar todo esse processo.**

4. 2. 2 Plano de ensino individualizado

Para garantir uma educação bilíngue de surdos verdadeiramente democrática e inclusiva, a instituição deve cumprir sua função, abarcando todos estudantes e considerando suas condicionantes como informações relevantes. Para tal, há uma necessidade de realizar adequações do ensino às necessidades específicas desse grupo.

Nesse sentido, o Plano de Ensino Individualizado (PEI), ou Plano de Ensino Adaptado, conforme denominado no programa de acessibilidade educacional do IFFluminense, é um instrumento pedagógico expressivo, pois considera as particularidades do estudante público-alvo da educação especial, respeitando sua realidade, idade, escolarização, habilidades, conhecimentos e contexto psicossocial. A partir disso, serão traçados por cada componente curricular os objetivos educacionais e as estratégias. Na elaboração do Plano de Ensino Individualizado, além das questões pedagógicas, devem ser considerados o contexto familiar, psicossocial e linguístico do estudante surdo.

O PEI, como planejamento pedagógico, pressupõe a definição dos conteúdos, recursos, estratégias metodológicas e prazos, traçados a partir dos objetivos educacionais gerais, tendo em vista as necessidades educacionais especiais apresentadas pelo aluno. (BRITO; BASSI, 2019, p. 17).

Nessa premissa inclusiva, os *campi* do IFFluminense precisam garantir ao estudante surdo essa adequação, sendo essencial a elaboração do PEI, o qual requer do docente, além da articulação de conhecimentos científicos advindos da formação inicial e da continuada, o comprometimento com uma educação que pretende o desenvolvimento do ser humano, independentemente de sua condição física ou intelectual.

O PEI pode auxiliar os docentes a planejar ações que possibilitem aos alunos com deficiência participar das atividades e desenvolver atividades escolares, mesmo que com adequações, a partir de práticas curriculares propostas para a turma em que estiverem matriculados. (GLAT; PLESTCH, 2013, p. 22).

Contudo é importante que o docente não seja o único agente na elaboração desse documento, sendo necessário o suporte técnico-pedagógico das coordenações de curso e da equipe Napnee, assim como do profissional do Atendimento Educacional Especializado. E tudo deve ser iniciado pela escuta do discente e/ou responsável.

Deve-se ressaltar que a última colocação descrita, a escuta do discente surdo, é primordial para a elaboração do PEI. Os dados analisados mostram que, nos *campi* Macaé, Campos Centro e Itaperuna, o processo inicia-se dessa forma, a construção inicia-se pela escuta do estudante surdo. Já no *campus* Quissamã, a pesquisa mostrou que essa realidade é diferente, pois é o único *campus* onde os estudantes surdos não são inseridos nesse processo de elaboração do PEI, participando apenas o corpo docente, a equipe Napnee e a coordenação pedagógica.

Entendendo que, no PEI, devem constar as ações pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes surdos, por serem eles os maiores interessados, torna-se de suma importância sua participação na elaboração, quando serão tomadas decisões referentes às adequações curriculares, como flexibilização e adaptações dos recursos metodológicos, instrumentos avaliativos e temporalidade. Assim, **recomenda-se que seja obrigatória a participação do estudante surdo nesse processo.**

Além disso, seguindo as orientações do item 7.2.5, do Proae do IFFluminense, o PEI deve ser entregue às coordenações de curso e ao Napnee no prazo de trinta dias depois do início das aulas, tendo, como modelo, o Anexo I do referido programa.

Desse modo, **recomenda-se que, além da participação na elaboração, o Napnee deve promover reuniões periódicas com as coordenações pedagógicas, para acompanhar a aplicabilidade do PEI, e com os estudantes surdos, fazendo as intervenções necessárias para melhorar seu processo de ensino aprendizagem.**

4. 2. 3 Atendimento educacional especializado

Além do Plano de Ensino Individualizado, o Proae do IFFluminense prevê a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que o referido documento entende como atendimentos do Napnee. Contudo as diretrizes operacionais da educação especial para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica afirmam que o AEE deve ser realizado, prioritariamente, na Sala

de Recursos Multifuncionais (SRM) da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso ao da escolarização.

Dentro dessa realidade, é possível dizer que, nos *campi* do IFFluminense, as equipes Napnee desenvolvem atendimentos em espaços específicos. Contudo esses locais se diferem da sala de recursos multifuncionais. A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), onde deveria ser ofertado o AEE, até setembro de 2022, quando foi realizada a pesquisa, não havia sido implementada em nenhum *campus*.

Desta forma, **recomenda-se que haja implementação desse espaço educacional nos *campi* do IFFluminense, visto que a SRM é um ambiente com recursos de tecnologias assistivas, jogos pedagógicos, mobiliário acessível, materiais didáticos e pedagógicos, entre outros, que auxiliam o processo educacional e a autonomia aos estudantes público-alvo da educação especial.**

A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns da rede pública de ensino atende à necessidade histórica da educação brasileira, de promover as condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial no ensino regular, possibilitando a oferta do atendimento educacional especializado, de forma não substitutiva à escolarização (BRASIL, 2010a, p. 3).

Portanto o AEE deve ser ofertado em um espaço específico, por um professor com a devida formação, articulado às ações dos profissionais da equipe multidisciplinar, objetivando complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes com vistas à autonomia e à independência na escola e fora dela. No contexto da educação de surdos bilíngue, deve identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação desses estudantes, de forma a atender suas especificidades linguísticas.

Para que ocorra o AEE bilíngue para os estudantes surdos, **recomenda-se que os *campi* do IFFluminense garantam a oferta desse serviço em Libras, em conformidade com a filosofia bilíngue, fornecendo a base conceitual dos conteúdos curriculares desenvolvidos na sala de aula, contribuindo para que esse estudante participe das aulas no ensino regular, compreendendo o que é tratado pelo professor e interagindo com seus colegas**, conforme orientado na obra da coleção: *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar - Abordagem Bilíngue na Escolarização de Pessoas com Surdez* (MEC, 2010), elaborada pela Secretaria de Educação Especial, em parceria com a Universidade Federal do Ceará.

Diante do exposto, é importante entender que, apesar da garantia legal, hoje não há em nenhum dos *campi* do IFFluminense a oferta do AEE bilíngue para estudantes surdos. Ainda que os *campi* Macaé e Campos Centro contem, em seus respectivos quadros docentes, com professor de Língua Portuguesa-Libras para os cursos de licenciatura, eles não atendem os estudantes surdos no contexto do AEE. Assim, recomenda-se que sejam criados códigos de vagas específicos para o exercício docente, a fim de atender a essa demanda específica.

Após a contratação do professor para AEE, em conformidade com os pressupostos legais, orienta-se que o serviço seja garantido ao estudante surdo, nos *campi* do IFFluminense, de modo que os conteúdos curriculares planejados no Plano de Ensino Individualizado sejam trabalhados em Libras, articuladamente com o professor do ensino regular.

Ademais, a contratação do professor de AEE garante aos atendimentos do Napnee, uma realidade de serviço exclusivo para o estudante NEE. Realidade essa que, no atual contexto educacional dos

campi, não acontece, tendo em vista que a equipe é composta por servidores de outros setores e, em sua maioria, não há exclusividade para os estudantes público-alvo do núcleo, como nos *campi* Macaé, Guarus, Bom Jesus do Itabapoana, São João da Barra, Itaboraí, Maricá, Santo Antônio de Pádua e Cambuci.

Ao analisar as demandas da educação de surdo em cada *campus*, comparando com o atual quadro de servidores lotados no Napnee, conforme o Suap, observou-se que há uma carência nos atendimentos, sendo de grande valia a contratação do professor de AEE para todos os *campi*, a fim de que, além do cumprimento legal, haja um trabalho mais congruente no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes.

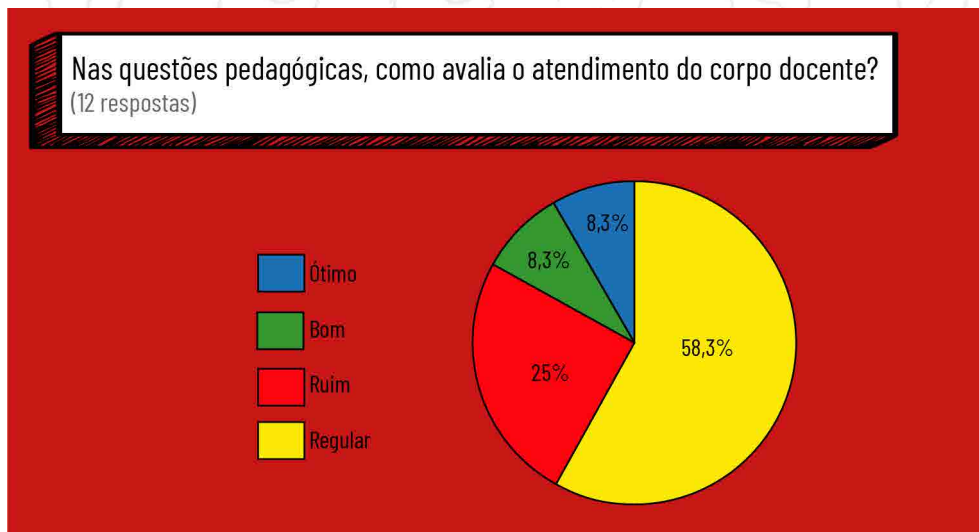
Ressalta-se que o professor do AEE deverá identificar, elaborar e organizar todos os recursos de acessibilidade do currículo, das atividades e de toda rotina do cotidiano escolar. É aquele docente que vai a campo, à sala de aula, às visitas técnicas, entre outros espaços que envolvam a vida acadêmica dos estudantes com necessidades educacionais específicas, cabendo a esse profissional avaliar todas as estratégias utilizadas pelos professores e identificar as barreiras e as soluções para que sejam eliminadas, além de orientar e produzir os recursos necessários, como as Tecnologias Assistivas (TA), ensinando o uso para todos os envolvidos, seja docente ou discente. Esse professor trabalha dentro e fora da sala do AEE/ Sala de Recursos Multifuncionais, articulando todas as demandas para que os estudantes com NEE possam participar democraticamente de todas as atividades, bem como os demais estudantes.

Recomenda-se que o professor de AEE execute diversas ações inclusivas nos *campi* do IFFluminense, contribuindo não apenas para educação dos surdos, mas contemplando também os demais estudantes público-alvo da educação especial inclusiva, devido ao trabalho exclusivo e especializado.

Para tal atuação, o professor deve ter formação que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial, conforme previsto na Resolução CNE n. 4/2009, cabendo a ele as seguintes atribuições:

- I - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II - elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III - organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV - acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V - estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI - orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII - ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII - estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009, p. 3).

Nas informações analisadas, observou-se que 58,3%, o que corresponde a mais da metade dos estudantes surdos entrevistados, sinalizaram regular, e 25% consideraram ruim o atendimento docente.



Avaliação do atendimento recebido pelo corpo docente

Fonte: Elaboração própria (2022).

Com relação à informação do quadro anterior, fica evidente a importância de se ter um profissional nos *campi* para mediar a prática docente na educação dos surdos, dando o suporte e auxiliando nas orientações dos recursos e metodologias adequadas para o seu sucesso na aprendizagem. Evidenciando, assim, a importância da atuação do professor de AEE.

Para além disso, no contexto da educação de surdos, orienta-se que o Atendimento Educacional Especializado bilíngue, nos *campi* do IFFluminense, esteja presente na proposta educacional do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), contribuindo para o processo de inclusão dentro da instituição.

É importante ressaltar que, após a realização da pesquisa, mais precisamente no período da conclusão deste relatório técnico, o IFFluminense publicou, em 04 de outubro de 2022, o Edital n. 198, no qual, pela primeira vez no contexto institucional, prevê-se um concurso público para provimento de cargos da carreira de professor do ensino básico, técnico e tecnológico, com uma vaga para professor de AEE.

Em 30 novembro de 2022, o IFFluminense publicou uma notícia em sua página, com o seguinte título: *IFF contrata 35 profissionais para atendimento a estudantes com necessidades especiais*. O texto mencionava a contratação de profissionais, com verbas disponibilizadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, visando melhorias na educação inclusiva.

A partir de então, a instituição iniciou a contratação de profissionais terceirizados, para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), mediadores, cuidadores e intérpretes de Libras, para atender as demandas dos estudantes público-alvo dos Napnees nos *campi* Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Cabo Frio, Campos Centro, Campos Guarus, Itaperuna, Macaé, Maricá, Quissamã, Santo Antônio de Pádua, São João da Barra e Reitoria.

Mediante essas ações históricas, acredita-se em melhorias nos atendimentos aos estudantes surdos, tendo em vista a importância desses atendimentos, por meio de um olhar diferenciado para a

cultura, com concepções mais inclusivas, que se evidenciam desde o processo de acesso até a saída com êxito, conforme previsto no Proae do IFFluminense.

4.3 A ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL, A DIFUSÃO DA LIBRAS E O SERVIÇO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

No que tange à acessibilidade comunicacional e ao acesso à informação, previsto no Capítulo II do Proae do IFFluminense, dos doze *campi*, cinco possuem TILSP para auxiliar e dinamizar a acessibilidade na comunicação dos surdos. Entretanto, algo relevante a ser pontuado é que, apesar de todos os estudantes surdos do IFFluminense serem assistidos por TILSP, na biblioteca do *campus* Cabo Frio, tem uma servidora surda e a ela não é garantido o direito de acessibilidade comunicacional, pois não há TILSP. Assim, o *campus* tem uma surda servidora sem a garantia de acessibilidade na comunicação e acesso à informação. Diante dessa situação, torna-se necessário a oferta do TILSP para a servidora, garantindo um ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades dos demais servidores, conforme prevê a Constituição Federal.

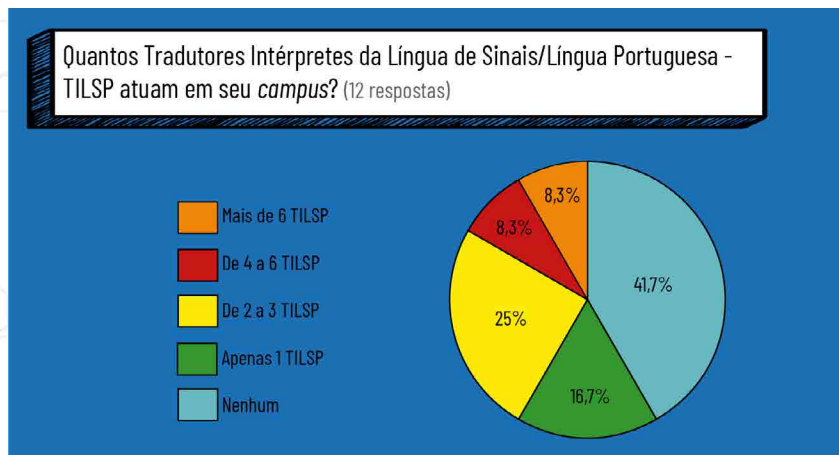
Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. § 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos. (BRASIL, 1988, p. 8).

É importante repensar a organização, ainda que temporária, para que nenhum surdo, seja estudante ou servidor da instituição, não tenha seu direito à informação e à comunicação garantido. Cabe ressaltar que, no *campus* Campos Guarus, tem um TILSP cedido do Campo Centro, e não há surdo. O mesmo acontece no *campus* Cambuci.

No que tange ao estudante surdo, como já dito, esse direito vem sendo assegurado, ainda que em quantidade insatisfatória, tendo em vista que o trabalho de interpretação realizado por uma única pessoa por muito tempo, sem intervalo, prejudica o serviço prestado, como mencionado na nota técnica n. 2, de 2017, da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils),

[...] o trabalho de interpretação, quando realizado por apenas uma pessoa durante longos períodos prejudica a qualidade na interpretação, uma vez que, devido ao intenso esforço cognitivo maior número de omissões podem ocorrer e o profissional perde a capacidade de se auto monitorar em sua produção (FEBRAPILS, 2017, p. 2).

Assim, considera-se necessário um intervalo de, no mínimo, 20 minutos nos períodos de interpretação, o que não acontece em todos *campi* do IFFluminense, conforme apresenta o quadro a seguir.



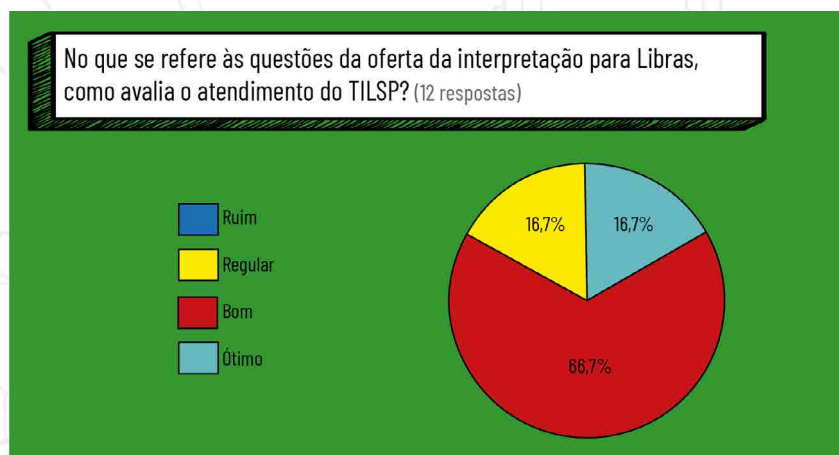
Quantitativo de TILSP por *campus*

Fonte: Elaboração própria (2022).

Em relação ao quantitativo de estudantes surdos x quantitativo de intérpretes, é possível dizer que não acontece o devido revezamento em todos os *campi* do IFFluminense, pois, no *campus* Quissamã, há dois estudantes surdos e apenas dois TILSP. Dada essa realidade, torna-se impossível o revezamento, não garantindo a qualidade necessária ao serviço prestado ao estudante e condições adequadas de trabalho ao profissional.

Além do revezamento, **recomenda-se que os conteúdos trabalhados em sala de aula e/ou qualquer outra atividade no *campus* sejam repassados, com antecedência, ao TILSP para que esse possa se preparar adequadamente, devido às necessidades técnicas da Libras, a fim de garantir a qualidade necessária às informações e aos conteúdos repassados aos estudantes surdos.**

No que tange ao material ofertado com antecedência ao profissional responsável pela acessibilidade nas atividades acadêmicas, a pesquisa mostrou que 100% dos estudantes surdos já passaram por situações dentro de sala de aula, nas quais o TILSP não dominava adequadamente os sinais pela falta de conhecimento prévio do conteúdo, tornando-se notória a falta de comunicação antecipada com professor. Apesar disso, os dados analisados mostram que os estudantes surdos, em sua grande maioria, estão satisfeitos com o serviço prestado pelos intérpretes.



Avaliação do serviço prestado pelos TILSP

Fonte: Elaboração própria (2022).

Outra informação importante a ser apresentada é que 66,7% dos estudantes surdos consideram bom o serviço de tradução dos *campi* ao serem questionados como o IFF poderia melhorar na comunicação em Libras, contribuindo para inclusão dos surdos. Apenas 12,2% dos estudantes entrevistados consideram que não há nada a melhorar.

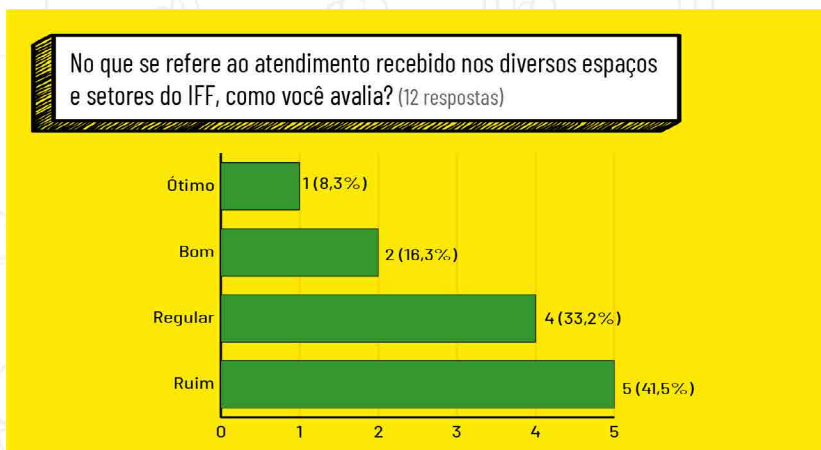
Para melhoria da acessibilidade comunicacional, 52,1% dos estudantes acreditam que, se o professor buscar aprender Libras, melhoraria não só a comunicação, mas também o aprendizado dele. Já 21,3% dos estudantes acreditam que só melhoraria se todos aprendessem Libras. 14,4% defendem que melhoraria se os TILSP fossem mais capacitados.

Mediante os dados, evidencia-se a importância de se pensar em uma política voltada para esses estudantes e não “adaptar” às necessidades dos ouvintes aos surdos. Isso faz com que seja avaliada a atuação do TILSP, dentro dos *campi*, tornando-se necessária a formação de todos, começando pelos gestores, pois a temática perpassa todos os espaços institucionais, nas discussões e nos planejamentos de qualquer cunho, a fim de se garantir, de forma democrática, acesso à informação ao surdo. Sendo assim, **recomenda-se que haja um programa de capacitação contínua, envolvendo gestores, docentes, técnicos administrativos e servidores terceirizados.**

4. 4 A COMUNIDADE INSTITUCIONAL E A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES SURDOS

Neste espaço, será apresentado um panorama reflexivo e avaliativo acerca da importância de todos os agentes educacionais no contexto da educação inclusiva. Os estudantes surdos posicionaram-se em relação aos diferentes serviços ofertados dentro dos *campi*, correlacionando-os ao processo de ensino aprendizagem. Ao serem entrevistados, os estudantes surdos relataram que não se sentem acolhidos e incluídos, conforme preconiza o Programa de Acessibilidade Educacional do IFFluminense.

A pesquisa mostrou que, em relação aos serviços prestados ao estudante surdo em diferentes setores e espaços do IFFluminense, apenas um estudante considerou ótimo, dois classificaram como bom, quatro estudantes sinalizaram regular e cinco estudantes entendem serem ruins os serviços prestados.



Avaliação do serviço prestado pelos setores do IFFluminense

Fonte: Elaboração própria (2022).

Em seguida, foram questionados se a qualidade dos atendimentos prestados nos diferentes espaços e setores do IFFluminense interferem em seu contexto educacional. Nesse contexto, 74,7% dos estudantes surdos acreditam que o mau atendimento desfavorece sua aprendizagem no curso.



A qualidade dos atendimentos recebidos interferem no contexto educacional do estudante surdo?

Fonte: Elaboração própria (2022).

Os estudantes surdos foram indagados acerca de como o IFFluminense pode melhorar em seus atendimentos, contribuindo para desenvolvimento global dos surdos e, conseqüentemente, para sua inclusão no *campus*, mudando essa realidade negativa para comunidade surda institucional. Em resposta ao questionamento, 15,2% consideram que os atendimentos não precisam melhorar. Entretanto 17,9% entendem que, se houver melhoria na qualidade dos atendimentos pedagógicos e se os professores aprenderem Libras, já seria suficiente para melhorar seu aprendizado e seu processo inclusivo. Contrapondo esse cenário, 66,9 % entendem que o IFFluminense precisa criar uma concepção de educação bilíngue para que tanto a Língua Portuguesa, quanto a Libras sejam respeitadas e valorizadas e, assim, todos possam dialogar nos mesmos espaços de forma democrática, e os ouvintes não sejam privilegiados nos atendimentos institucionais.

Em suma, a maioria dos estudantes surdos acham que o IFFluminense não os acolhe e tudo que o estudante surdo faz dentro da instituição depende da atuação do TILSP. Relataram falta de autonomia nos serviços essenciais dentro da escola, impossibilitando o acesso democrático a serviços como: psicologia, alimentação, biblioteca, registro acadêmico, entre outros, tendo em vista que apenas o TILP dialoga com eles.

Essa realidade excludente precisa ser extinta. Os estudantes surdos precisam ser vistos em todos os espaços como Pró-reitoria de Ensino, Pró-reitoria de Extensão, Cultura, Esporte e Diversidade, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e Diretoria de Desenvolvimento de Políticas Estudantis. Por isso, **recomendam-se ações institucionais que acolham essa comunidade. Práticas inclusivas que envolvam esses estudantes em programas de esportes, projetos de pesquisa e extensão, programas educacionais que promovam autonomia, dando protagonismo a esses sujeitos.**

Nesse sentido, **tais ações devem ser inseridas no Proae, por meio de um apêndice ou capítulo específico para a educação de surdos, contemplando o princípio da autonomia e da acessibilidade atitudinal, sendo iniciado pela gestão.** Para além disso, é importante debater continuamente sobre a formação de todos os agentes educacionais, não apenas o docente, para a construção de uma escola inclusiva, de modo que, tanto o presente como o futuro da educação ofertada pelos *campi* seja pautado na promoção da diversidade como um valor inegociável.

4.5 RECOMENDAÇÕES GERAIS, GARANTIAS LEGAIS E O PROAE

Os resultados obtidos com a pesquisa revelaram ineficiência nos atendimentos pedagógicos, adaptações curriculares que não correspondem às demandas de aprendizagem dos estudantes surdos, falta de acessibilidade nos processos comunicacionais, carência de servidores nas equipes multiprofissionais, índice elevado de reprovações, falta de ações e de projetos que contribuam para relação familiar e engajamentos do grupo pesquisado com a comunidade surda, entre outros.

Diante disso, são apresentadas recomendações referentes à realidade educacional e aos serviços prestados a estudantes surdos nos *campi* IFFluminense, correlacionando-os com os pressupostos teóricos e legais, perpassando pelas garantias e não garantias trazidas pelo Proae, a partir dos seguintes questionamentos: como acontece o processo de inclusão dos estudantes surdos e seus respectivos atendimentos? Quais são as necessidades desses estudantes e as políticas desenvolvidas pelo IFF visando à permanência e ao êxito do processo de ensino e aprendizagem?

Nesse viés, o quadro abaixo aponta, claramente, os serviços que o IFFluminense, através do Proae, assegura em sua totalidade, parcialmente ou não assegura à comunidade surda.

AÇÕES	GARANTE	GARANTE PARCIALMENTE	NÃO GARANTE	RECOMENDAÇÕES
FUNDAMENTOS LEGAIS		✓		Cita o Decreto n. 5.626, de 19 de dezembro de 2005, entretanto há outras políticas públicas atuais que podem embasar o documento no que diz a respeito à educação de surdos, tais como: PNE, Lei n. 14.191, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Ressalta-se que o Proae precisa ser rediscutido e atualizado.
COMUNICAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO		✓		Apesar de o capítulo II do Proae assegurar acessibilidade na comunicação e acesso às informações, a pesquisa constatou que os estudantes surdos só se sentem contemplados nesse aspecto quando há presença dos TILPS. Diante disso, a gestão precisa repensar a garantia da comunicação e do acesso à informação com mais autonomia desse indivíduo.
DOCUMENTOS OFICIAIS EM LIBRAS		✓		O item 2.3.5 do Proae garante que todos os documentos oficiais, informações científicas e institucionais emitidos e produzidos pelo IFFluminense e servidores, com fins institucionais, apresentem cópia em formato acessível, obedecendo a critérios básicos, como a tradução em Libras. No entanto essa oferta não tem ocorrido na prática. Observa-se que, no site institucional, os documentos estão em português e não há acessibilidade para surdos, com exceção dos editais. Além disso, alguns vídeos não possuem legenda ou janela com tradução, o que indica a necessidade de intervenção da gestão com urgência.

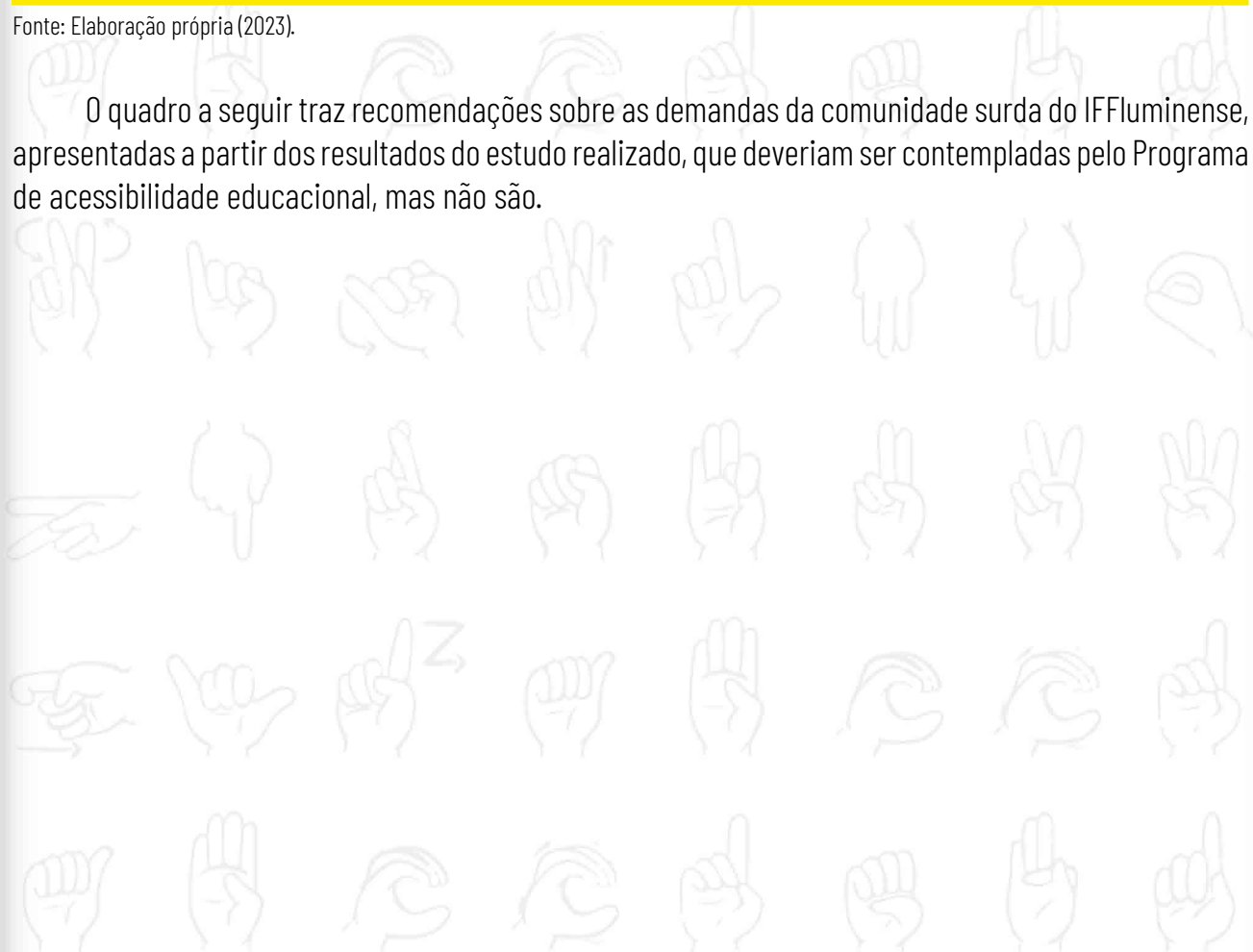
AÇÕES	GARANTE	GARANTE PARCIALMENTE	NÃO GARANTE	RECOMENDAÇÕES
TECNOLOGIAS ASSISTIVAS		✓		Faltam, nos <i>campi</i> , equipamentos para a gravação e traduções de vídeos, bem como para inserção de legenda em imagens e vídeos. Além disso, os setores deveriam contar com equipamentos eletrônicos e aplicativos que realizassem a tradução de Libras para português e português para Libras, a fim de garantir a equidade entre surdos e ouvintes em todos os espaços. Então, os setores de TI, audiovisual e Napnee precisam trabalhar em parcerias para minimizar as barreiras que dificultam o processo de inclusão.
AÇÕES DE INGRESSO PERMANÊNCIA E ÊXITO		✓		Os processos de ingresso na instituição são acessíveis devido à oferta de TILSP, sala separada e tempo adicional para realização das avaliações. Contudo a pesquisa apontou falhas no que diz a respeito ao êxito no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos, o que prolonga muito o percurso de formação e dificulta a conclusão dos cursos. Diante do exposto, a gestão deve promover ações que assegurem o direito de aprendizagem desses estudantes, estimulando suas potencialidades, tais como: programas de reforço escolar para recompor conhecimentos básicos não adquiridos, intervenções da equipe multiprofissional na aplicabilidade das adaptações curriculares, programas e projetos integradores envolvendo esses alunos em todo contexto da instituição.
PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS E PROGRAMAS		✓		Os estudantes surdos podem participar de projetos, programas e ações que possuam articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, desde que haja um TILSP para viabilizar a comunicação entre os envolvidos. Contudo, nem sempre, há a disponibilidade para a participação do TILSP devido às demandas e carga horária do referido servidor, o que impossibilita a inclusão dos surdos nessas atividades.
OFERTA DE TILSP	✓			Todos os estudantes surdos são contemplados com serviço de TILSP.
EQUIPE MULTIPROFISSIONAL		✓		Há carência de profissionais em todos os <i>campi</i> , o que evidencia a urgente necessidade de contratação para recompor as equipes Napnees.
SALA NAPNEE DEVIDAMENTE EQUIPADA		✓		Faltam equipamentos nos <i>campi</i> em que há estudantes surdos matriculados, logo é necessário realizar um levantamento minucioso em cada <i>campus</i> para atender às necessidades específicas dos surdos.
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO			✓	No período pesquisado, a nenhum surdo era ofertado o AEE, contradizendo o Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências.
PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO	✓			Nos quatro <i>campi</i> em que há estudantes surdos matriculados e frequentando, é ofertado o PEI.



AÇÕES	GARANTE	GARANTE PARCIALMENTE	NÃO GARANTE	RECOMENDAÇÕES
ADAPTAÇÕES CURRICULARES		✓		<p>A pesquisa pontuou que há oferta de adaptações curriculares, em especial de temporalidade e aplicabilidade do PEI. Apesar disso, observou-se que as ações adotadas não atendem às demandas educacionais da comunidade surda.</p> <p>Dessa forma, recomenda-se que as adaptações sejam iniciadas pela escuta do estudante surdo, a fim de que ele apresente suas reais necessidades. Além disso, todas as intervenções trazidas no capítulo VII do Proae devem ser planejadas e ofertadas em Libras como L1, e a equipe pedagógica e multiprofissional do Napnee dará acompanhar todo o processo e intervir nele.</p>
CAPACITAÇÃO	✓			<p>O item 8.3.1. do Proae menciona que a capacitação é uma ação permanente visando a qualificar o maior número possível de servidores, terceirizados, alunos, estagiários e membros da comunidade externa para o atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas. Nos últimos anos, a pró-reitora de gestão de pessoas, por meio da escola de formação, vem ofertando cursos de Educação Inclusiva e de Libras. Destaca-se que a Lei n. 14.191/2021 foi instituída em agosto de 2021, mas somente no segundo semestre 2022 foi ofertado o primeiro curso de formação de professores bilingues para surdos e aperfeiçoamento para atendimento bilingue de técnico-administrativos, que contou com apenas 47 inscritos, 17 docentes e 30 TAEs, sem a participação de terceirizados, alunos, estagiários e membros da comunidade externa.</p>

Fonte: Elaboração própria (2023).

O quadro a seguir traz recomendações sobre as demandas da comunidade surda do IFFluminense, apresentadas a partir dos resultados do estudo realizado, que deveriam ser contempladas pelo Programa de acessibilidade educacional, mas não são.



Sínteses das recomendações apontadas no produto educacional

SERVIÇO	RECOMENDAÇÕES
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO BILÍNGUE	<p>O AEE nos <i>campi</i> do IFFluminense deve acontecer na sala de recursos multifuncionais, no contraturno, com encontros semanais, ofertado por um professor especialista, de preferência com domínio em Libras, em conformidade com as resoluções do CNE/CEB n. 2/2001 e n. 4/2009, o PNE e LDB. Assim, o Atendimento Educacional Especializado bilíngue deve atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos, a fim de complementar os conteúdos trabalhados no ensino regular e oferecer suporte pedagógico a esses discentes, para facilitar o acesso a todos os conteúdos curriculares, promover o aprendizado da Libras, com a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação relacionados à aprendizagem da Libras e da Língua Portuguesa. Para mais, visa ao desenvolvimento da Libras como atividade pedagógica, instrumental, dialógica e de conversação, estimula o aprendizado da Língua Portuguesa como segunda língua de forma instrumental, dialógica e de conversação, além do aprofundamento dos estudos do referido componente curricular na modalidade escrita.</p>
PROFESSOR DE AEE	<p>O Atendimento Educacional Especializado é um serviço obrigatório da Educação Especial, que deve ser ofertado por um professor especialista, em conformidade com a resolução do CNE/CEB n. 4/2009. O Proae prevê o AEE, entretanto não insere o professor de AEE na equipe multiprofissional. Dessa forma, orienta-se que esse profissional seja incluído no item 6.1 do respectivo programa.</p> <p>Além dos aspectos legais e pedagógicos que envolvem o AEE, cabe ao professor especializado auxiliar no processo de inclusão dos estudantes surdos, em todas as demandas dentro dos <i>campi</i> do IFFluminense, acompanhando e intervindo nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos estudantes surdos, junto aos TILSP e professor bilíngue Libras - Português; • elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, dentro e fora da sala de recursos multifuncionais; • acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade das adaptações curriculares e metodológicas na sala de aula regular, bem como em outros ambientes da escola; • atuar junto à equipe multiprofissional, estabelecendo parcerias com outros setores do <i>campus</i> na elaboração de estratégias e na disponibilização dos recursos de acessibilidade; • orientar professores, equipe pedagógica, gestores e familiares sobre as necessidades específicas dos estudantes surdos; • auxiliar a comunidade escolar acerca do uso das tecnologias assistivas bilíngues de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes surdos, promovendo autonomia e participação; • estabelecer articulação com o corpo docente, dando suporte quanto às adaptações adequadas ao processo educacional dos estudantes surdos de forma a promover a participação deles em todas as atividades pedagógicas.
PROFESSOR BILÍNGUE PORTUGUÊS - LIBRAS	<p>Apesar de ser contemplado no Proae, apenas os <i>campi</i> Macaé e Campos Centro possuem docentes bilíngues Português - Libras. Contudo ambos não trabalham com surdos especificamente, pois estão lotados no ensino regular, sem ligação nenhuma com o Napnee. Diante disso, orienta-se que em todos os <i>campi</i> do IFFluminense em que existam estudante surdo haja um professor bilíngue Português - Libras, cujo papel é garantir a esses estudantes acesso às duas línguas, propiciando o desenvolvimento de habilidades linguístico-discursivas através de um trânsito autônomo, que perpassa por dois sistemas semiótico-linguísticos diferentes.</p>
EDUCAÇÃO E CLASSES BILÍNGUE DE SURDOS	<p>De acordo com a LBI, o poder público deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a “[...] oferta de educação bilíngue, seja em Libras, como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas” (BRASIL, 2015), fomentando o que já havia sido proposto pelo Decreto n. 5.626/2005. Além disso, a LDB foi alterada, tornando-se necessário que o Proae se adequasse à oferta desta modalidade de ensino e garanta ao estudante surdo que seu processo educacional seja em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua. Nesse viés, a pesquisa mostrou que somente a unidade de Macaé iniciou a classe bilíngue de surdos, com o Napnee e outros setores que atendem à comunidade surda do <i>campus</i>, e julgam o melhor para os discentes. Além disso, os estudantes surdos afirmam que aprendem mais, pois a proposta de trabalho é exclusiva para suas necessidades.</p>
REVEZAMENTO NOS PROCESSOS TRADUTÓRIOS	<p>O Proae não prevê revezamento nos processos tradutórios que, de acordo com a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils), é de suma importância, pois o trabalho de interpretação realizado por apenas uma pessoa, durante longos períodos, prejudica a sua qualidade; devido ao intenso esforço cognitivo, um maior número de omissões podem ocorrer, e o profissional perde a capacidade de se automonitorar em sua produção. Assim, considera-se necessário um intervalo de, no mínimo, 20 minutos nos períodos de interpretação, o que não acontece em todos <i>campi</i> do IFFluminense, sendo necessário que tal demanda seja contemplada pelo Proae.</p>
AÇÕES DE ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO, ARTE E CULTURA	<p>Em consonância com os Artigos 78 A e 79 C da LDB, recomenda-se que o Proae adeque-se à educação bilíngue de surdos, proporcionando a esses estudantes a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades e especificidades e a valorização de sua língua e cultura; garantindo-lhes também conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades surdas e não surdas, através de ações que visem à articulação entre ensino, pesquisa, extensão, inovação, arte e cultura, por meio de programas planejados com participação da comunidade surda do IFFluminense, que objetivam o fortalecimento das práticas socioculturais dos surdos e a Língua Brasileira de Sinais.</p>
GARANTIA DE ACESSIBILIDADE AOS SERVIDORES SURDOS	<p>Na biblioteca do <i>campus</i> Cabo Frio, há uma servidora surda que se encontra sem a garantia do profissional TILSP, contradizendo o Art. 34 da LBI, que garante à pessoa com deficiência o direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, com iguais oportunidades a das demais pessoas. Nesse sentido, torna-se obrigação do IFFluminense garantir acessibilidade no local de trabalho para a servidora surda, sendo necessário expandir o acesso à informação e comunicação aos servidores surdos no Proae.</p>

SERVIÇO	RECOMENDAÇÕES
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	Incrementar projetos e visitas técnicas que possibilitem aos mesmos vivenciar diferentes experiências com outros indivíduos surdos como: lazer, mercado de trabalho, esportes e atividades artísticas, em consonância ao compromisso social assumido IFFluminense, no item 2.4.5 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
RELAÇÕES FAMILIARES	Oferta de cursos de Libras com intuito de melhorar o convívio familiar.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Diante do exposto, tais ações devem ser inseridas no Proae ou em um Programa de Educação de Surdos do IFFluminense, que contemple o princípio da autonomia e da acessibilidade atitudinal, a ser iniciado pela gestão. Para além disso, é importante debater continuamente sobre a formação de todos os agentes educacionais, não apenas do docente, para a construção de uma escola inclusiva, de modo que tanto o presente como o futuro da educação ofertada pelos *campi* seja pautado na promoção da diversidade como um valor inegociável.



www.instagram.com/semebi.iffmacae

Considerações Finais

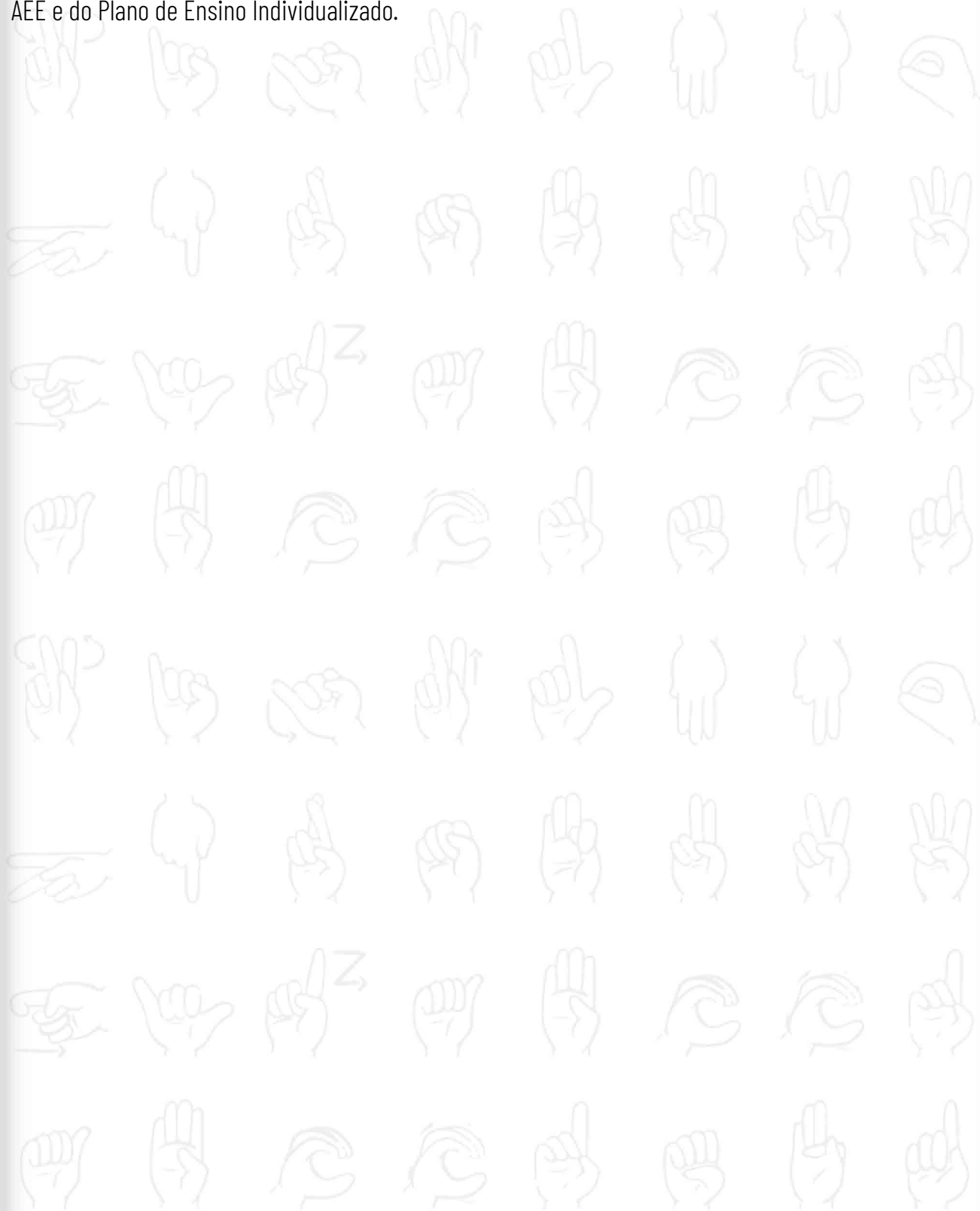
No presente PE, realizou-se um panorama das políticas, ações institucionais e do perfil dos estudantes surdos, matriculados e frequentando regularmente o ano letivo 2022, nos *campi* do IFFluminense, permeando a realidade econômica, psicossocial e educacional, dialogando com o Programa de Acessibilidade Educacional (Proae).

Observou-se que todos os estudantes surdos são oriundos de instituições públicas de ensino, regidas por sistemas de aprovação automática, sem os devidos suportes técnico e pedagógico, permitindo-os a conclusão de etapas de escolarização sem conhecimentos básicos, o que acarreta grandes dificuldades de aprendizagem, potencializadas ao ingressar no IFFluminense.

No tocante à educação de surdos, o Proae garante o serviço de tradução da língua materna dessa comunidade, sendo mostrado neste trabalho não ser um recurso suficiente para atender as necessidades educacionais específicas desse grupo. Desse modo, apresentou-se recomendações pautadas na filosofia do bilinguismo, em conformidade com o Capítulo V - A, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tendo em vista que a surdez é uma diferença cultural, pois o surdo possui sua forma de aprender e de entender o mundo diferente da forma ouvinte.

Dessa forma, recomenda-se uma política educacional inclusiva e específica que contemple essa comunidade, com demandas próprias de aprendizado, visando a aplicabilidade do item 8.4, do PDI do IFFluminense que assegura aos estudantes com NEE, redução de barreiras educacionais, arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, informacionais, com a promoção de políticas de inclusão e assistência estudantil, em conformidade com o compromisso do IFFluminense de promover a construção da cidadania e o desenvolvimento da inclusão plena em suas unidades de ensino, sob os preceitos dos Artigos 27, 28 e 30 da Lei n. 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Nessa perspectiva, este trabalho apresentou informações e recomendações relevantes para adequações dos serviços e ações desenvolvidas e para a criação de um apêndice ao Proae, específico para educação de surdos do IFFluminense, com objetivo de garantir a essa comunidade uma inclusão efetiva e acesso democrático em todos os espaços nos *campi* do IFFluminense, contemplando a formação de todos agentes educacionais, ações e composição da equipe Napnee, fomentando a importância o AEE e do Plano de Ensino Individualizado.



Referências

ALVEZ, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paula; DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010. 27p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2014]. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-deeducacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> . Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de orientação**: programa de implantação de salas de recursos multifuncionais. Brasília, DF: MEC: SEESP, 2010.

BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento de Área - Ensino**. Brasília, DF: Capes, 2019.

BRITO, V. M.; BASSI, T. M. S. O Plano Educacional Individualizado (PEI) na educação especial: uma contribuição no processo de escolarização da pessoa com deficiência. *In*: GUILHERME, W. D. **Educação no Brasil**: experiências, desafios e perspectivas. 1ª. ed. Ponta Grossa: Atena, v. I, 2019. Cap. 12, p. 106-116.

CONCEITO DE RELATÓRIO TÉCNICO. **Conceito de**, [s. l.], 30 ago. 2011. Disponível em: <https://conceito.de/relatorio-tecnico>. Acesso em: 20 de set. 2022.

DIAS, V. L. L. **Rompendo a barreira do silêncio**: interações de uma aluna surda incluída em uma classe do ensino fundamental. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS TILS e GIS (FEBRAPILS). **Norma técnica sobre a contratação do serviço de interpretação de Libras/Português e profissionais de Libras/Português** (revezamento e trabalho em equipe). [s. l.]: Febrapils, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, M. A. de A. G. **Multiprofissionalismo e intervenção educativa**: as escolas, os projetos e as equipes. Lisboa: Asa, 1994.

GLAT, R.; PLESTCH, M. D. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

IFFLUMINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional** - PDI - do Instituto Federal Fluminense de 2018 a 2022. Campos dos Goytacazes: IFFluminense, 2018. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/desenvolvimentoinstitucional/planejamento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi/pdi-2018-2022-com-resolucaoemenor.pdf> Acessado em: 2 nov. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE (IFFLUMINENSE). **Programa de Acessibilidade Educacional do Instituto Federal Fluminense**. Disponível em: RESOLUÇÃO+N.º+33,+DE+15+DE+OUTUBRO+DE+2018-programa-acessibilidade.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

INES. Conheça o Ines. **Ines**, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>. Acesso em: 12 out. 2022.

MAIA, M. A importância da história dos surdos para o avanço da educação. **Revista Porto das Letras**, v. 3, n. 1, p. 101-111, jan./dez. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/55229/Downloads/4765-Texto%20do%20artigo-22852-1-10-20180125%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/55229/Downloads/4765-Texto%20do%20artigo-22852-1-10-20180125%20(3).pdf). Acesso em: 30 out 2022.

MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA (MAPA). Instituto dos Surdos-Mudos (1889-1930). **MAPA**, [s. l.], 2019. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/ultimas-noticias/747-instituto-dossurdos-mudos>. Acesso em: 29 dez. 2022

MORAIS, A. História da Educação dos Surdos I. Atividade 4. **Slideshare**, [s. l.], 2010. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/micaze1976/hes-i-atividades-4>. Acesso em: 25 out 2022.

PAZINI, M. R. C. **Alunos com Surdez de Escola Pública em um Contexto Inclusivo**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193744/PAZINI%20Maria%20Rita%20Cotillo%202011%20%28disserta%C3%A7%C3%A3o%29%20CUML.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 out. 2022.

PEREIRA, M. C. da C.; OLIVEIRA, C. L. de. **A Questão da autoria nas produções escritas de adolescentes surdos**. In: SKLIAR, C. (org). *Atualidade da Educação Bilingue para Surdos*. 2. v. Porto Alegre: Mediação, 1999. 1 (p. 3-112).

STROBEL, K. L. **História da Educação de Surdos**. Florianópolis. Editora da UFSC, 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifico/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

TAVARES, W. R. **Escola não é depósito de criança**: a importância da família na educação dos filhos. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

Anexos

Aplicação do Produto Educacional no III Seminário de Educação Bilingue IFFluminense (SEMEBI), no *campus* Macaé.



III Seminário de Educação Bilingue

O PERFIL DO ALUNO SURDO DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE E SUAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS

Rafaela Dumas
Especialista em Ed. Inclusiva
Mestranda em EPT

10h20min







Fonte: www.instagram.com/semebi.iffmacae

Certificado de participação no III SEMEBI no *campus* Macaé.



CERTIFICADO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Certificamos que **RAFAELA DUMAS REIS DIAS** participou da *Mesa Redonda sobre Relatos de Experiências* no III Seminário de Educação Bilingue IFFluminense campus Macaé sob o tema "Educação Bilingue de Surdos: Experiências e Possibilidades" com a aplicação do Relatório Técnico de Pesquisa intitulado O PERFIL DO ALUNO SURDO DO IFFLUMINENSE E SUAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS. Carga horária total de 8 (oito) horas, realizado no dia 29 de novembro de 2022, realizado pelo Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNEE do IF FLUMINENSE CAMPUS MACAÉ.

Macaé, 29 de novembro de 2022.

Pesquisa detalha necessidades educacionais dos alunos surdos

Pesquisa em andamento traça perfil do aluno surdo do Instituto Federal Fluminense e suas necessidades educacionais.



A pedagoga do IFF *Campus* Macaé, Rafaela Dumas, é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e tecnológica (ProfEPT) e está desenvolvendo uma pesquisa sobre os estudantes surdos do IFFluminense. Os dados da pesquisa foram apresentados no III Seminário de Educação Bilíngue (Semebi) promovido pelo *Campus* Macaé. A mesa-redonda também contou com a participação da professora Maysa Zampa e do professor Victor Emmanuel que apresentaram experiências enquanto docentes de estudantes surdos.

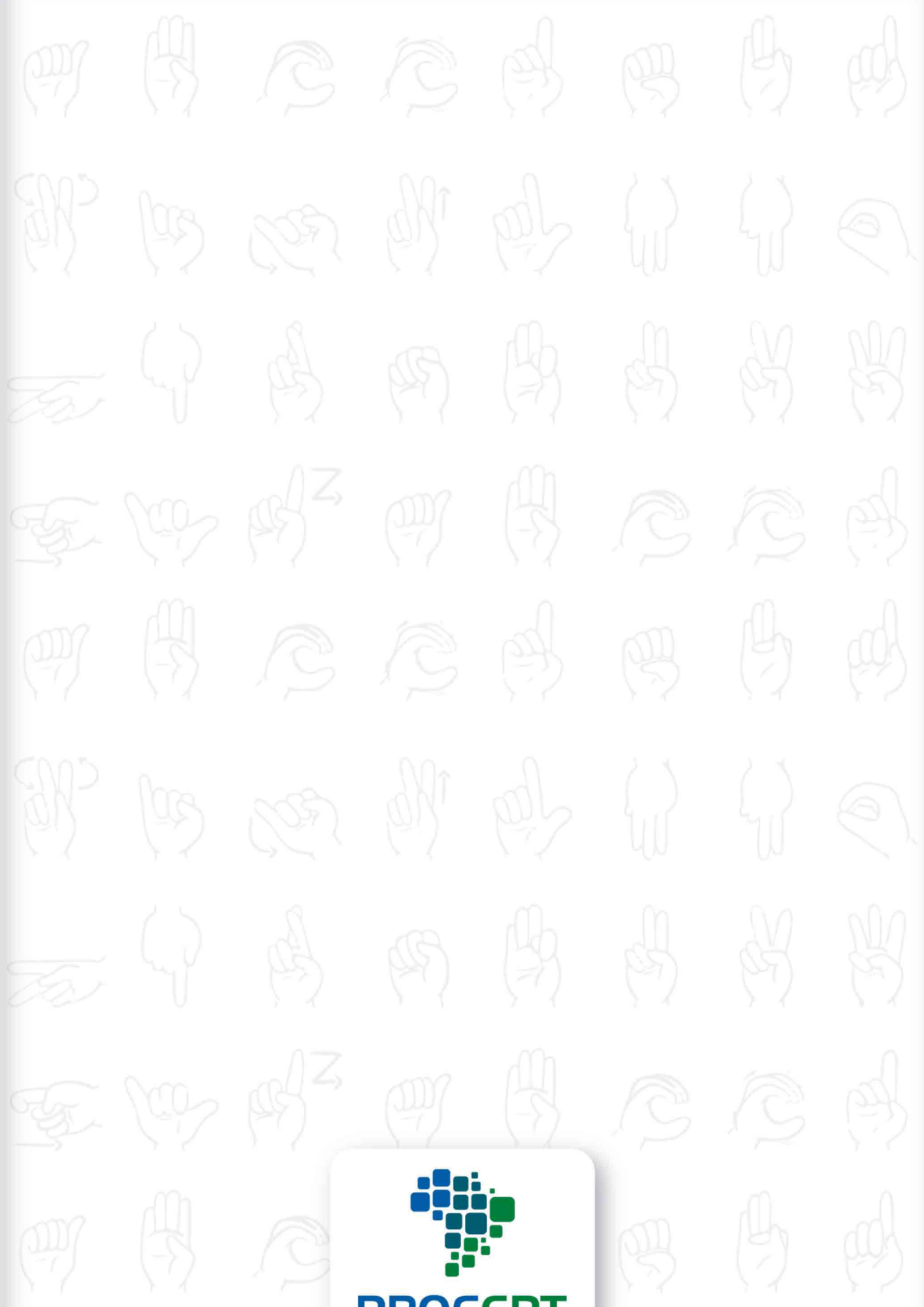
O relatório técnico, elaborado com base em entrevistas realizadas em todos os *campi* do IFF, aponta as necessidades educacionais do público surdo. De acordo com Rafaela, os maiores desafios são as adaptações curriculares respeitando o direito legal no que tange a sua língua materna, além do respeito a sua identidade e cultura. “Outro ponto que o IFF precisa garantir é o direito legal da educação bilíngue de surdos, como a estratégia 4.7, da meta 4 no PNE (Plano Nacional de Educação), além do capítulo V, seção A da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)”, destaca a pesquisadora.

Com este trabalho, a servidora pretende propor recomendações para criação de uma política institucional inclusiva, com vistas ao atendimento dos estudantes surdos que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para comunicação.

Publicado no Portal do IFFluminense em 06/12/2022
Última modificação: 07/12/2022

Para ler a notícia publicada pelo *Campus* Macaé
no Portal do IFFluminense

Clique
Aqui 



PROFEPT

MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA